

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A participação dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã: desafios e perspetivas de ação

Eliana Kovaleva Nyagu

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientador(a): Prof. Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Departamento de História

A participação dos jovens na programação cultural do
Município da Lourinhã: desafios e perspetivas de ação

Eliana Kovaleva Nyagu

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientador(a): Prof.^a Doutora Sofia Costa Macedo, Professora
Auxiliar Convidada, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

Terminada esta dissertação, que por si representa o encerramento de uma etapa muito maior da minha vida pessoal, gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos aqueles que, de diferentes formas, me acompanharam, apoiaram e incentivaram ao longo de todo o meu percurso académico.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, que tantos esforços fizeram para que este momento se tornasse possível. À minha avó Irina, a minha melhor amiga, pelo apoio incondicional e imprescindível que me deu em todas as fases do meu percurso pessoal, académico e, mais recentemente, profissional.

À minha orientadora, a Professora Sofia Costa Macedo, pela disponibilidade, orientação e paciência. Agradeço-lhe por ter aceitado acompanhar-me desde as primeiras decisões, ainda entre dúvidas e confusões, até à fase final de redação e revisão desta dissertação. A sua ajuda foi essencial na organização, estruturação, redação e revisão deste trabalho.

Quero também agradecer à Professora Maria João Vaz, cujo apoio e ensinamentos na unidade curricular *Desenho de Pesquisa* foram determinantes na definição do tema desta dissertação. Um agradecimento extensivo a todos os professores do ISCTE que, ao longo do Mestrado, me transmitiram conhecimento, experiências e ideias que certamente levarei comigo para sempre.

Por fim, um agradecimento especial à Mafalda Teixeira, à Sandrine Dionísio e à Margarida Batista, que me acompanharam durante a realização do estágio curricular e me apoiaram igualmente no processo de redação deste trabalho. São pessoas verdadeiramente excepcionais, que sempre me contagiaram com boa energia, generosidade e entusiasmo, e que guardarei com enorme carinho no meu coração.

Resumo

A presente dissertação analisa a capacidade de intervenção das camadas mais jovens da comunidade, chamados genericamente de jovens, na definição das políticas culturais ao nível local municipal. Coloca como contexto de partida o facto de as propostas culturais emanadas da administração central e orientadas para os jovens têm, por norma, pouca adesão porque correspondem pouco às aspirações dos mesmos. A investigação procurou compreender as principais características que assume a participação dos jovens no setor cultural ao nível da administração local, identificada em dimensões tais como a programação cultural municipal, as principais dificuldades e barreiras ao seu envolvimento; e os seus modelos de participação. O objetivo foi, a partir do reconhecimento e sistematização destas características, contribuir para a reflexão, ao nível da administração central da cultura, sobre modelos futuros com diferentes orientações.

Tomou-se o Município da Lourinhã como caso de estudo, aplicando-se uma metodologia de base qualitativa, combinando a análise documental, entrevistas semiestruturadas e dados secundários provenientes do Questionário de Auscultação Jovem, realizado durante os anos civis 2024 e 2025.

Os resultados desta análise revelaram lacunas na participação jovem, que se condiciona por diversos fatores como as limitações de mobilidade, ausência de espaços de encontro, o ajuste da comunicação adotada pelo município, a promoção de mecanismos de co-programação e principalmente a falta de um Plano Municipal da Juventude, necessário para a construção, monitorização e atualização das políticas municipais de juventude, e conseqüentemente das políticas culturais locais.

Concluiu-se que a participação juvenil na cultura requer políticas integradas e sustentáveis que articulem a cultura com as outras áreas que abrangem a juventude, para que se possa transformar os jovens em agentes ativos do desenvolvimento cultural local.

Palavras-chave: políticas culturais; políticas públicas locais; juventude; participação; Município da Lourinhã

Abstract

This work examines the capacity of younger community members, commonly referred to as youth, to influence and participate in the design of local cultural policies. It starts from the premise that cultural initiatives designed and implemented by the local administration often fail to engage young people, as they rarely align with their real interests, aspirations, and needs. The study seeks to understand the key features of youth participation in the cultural sector within local government, considering dimensions such as municipal cultural programming, the main barriers to involvement, and existing models of participation. The aim was to identify and organise these characteristics in order to provide insights for the central cultural administration on future policy models and possible orientations.

The Municipality of Lourinhã served as a case study, following a qualitative methodology that combined document analysis, semi-structured interviews, and secondary data from the Questionário de Auscultação (Youth Consultation Questionnaire) conducted between 2024 and 2025.

Findings reveal gaps in youth participation, conditioned by factors such as limited mobility, the absence of social and cultural meeting spaces, inadequate communication strategies, insufficient co-programming mechanisms, and, most notably, the lack of a Local Youth Plan (Plano Municipal da Juventude), which is essential for developing, monitoring, and updating local youth and cultural policies.

The study concludes that effective youth participation in culture requires integrated and sustainable policies that connect culture with other areas affecting young people, thereby enabling them to become active agents of local cultural development.

Keywords: cultural policies; local public policies; youth; participation; Municipality of Lourinhã.

Índice

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	IX
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XI
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – ESTADO DA ARTE /REVISÃO DA LITERATURA.....	4
1.1. Políticas Culturais.....	4
1.2. Políticas Culturais Municipais em Portugal	8
1.3. Participação e Democracia Cultural	11
CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS POLÍTICAS CULTURAIS	13
2.1. Um retrato da juventude em Portugal.....	13
2.2. Políticas Nacionais de Juventude em Portugal	14
2.3. Jovens e a sua relação com os municípios.....	15
2.4. Relação dos Jovens com a Cultura	16
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	18
3.1. Problematização e Objetivos	18
3.2. Opções Metodológicas	20
3.3. Estágio curricular como instrumento de aproximação ao contexto.....	20
3.4. Recolha e análise documental.....	21
3.5. Entrevistas Semiestruturadas	21
3.5.1. Codificação das Entrevistas	22
3.6. Questionário de Auscultação – Juventude.....	22
3.7. Limitações	23
CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE NO CONCELHO DA LOURINHÃ	24
4.1. Caracterização sociodemográfica do Município da Lourinhã.....	24
4.2. Caracterização das práticas culturais do concelho	26
4.2.1 Indicadores da Cultura – Despesas com Cultura	26
4.2.2. Mapeamento dos equipamentos culturais	28
4.2.3. Agentes Culturais.....	30
4.3. Análise das Entrevistas.....	37
4.4. Relação entre a juventude e as políticas culturais na Lourinhã.....	42

CAPÍTULO 5 – RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENIS NO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ	45
CONCLUSÃO	51
FONTES	53
Documentos Legais	53
Fontes Estatísticas.....	53
Fontes administrativas	55
Media	58
Outras Fontes	58
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	I
Anexo A – Exemplar do Questionário de Auscultação - Juventude	I
Anexo B – Modelo Consentimento Informado	VII
Anexo C – Guião da Entrevista Semiestruturada	IX
Anexo D – Organograma (2024) da CML.....	X

Índice de Figuras

Figura 2 Enquadramento territorial do concelho da Lourinhã na Região Oeste (NUTS III)..	24
Figura 1 Localização geográfica do concelho da Lourinhã em Portugal.....	24

Índice de Quadros

Quadro 1. Despesa do município da Lourinhã(2020-2024).....	26
Quadro 2. Municípios da região Oeste por despesas culturais (2024).....	27
Quadro 3. Distribuição orçamental por rubrica cultural do município da Lourinhã (2025)...	33

Glossário de Siglas

AMAL – Associação Musical e Artística Lourinhanense

AMEC – Associação Musica, Educação e Cultura

CIBV – Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro

CML – Câmara Municipal da Lourinhã

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CPV – Centro Português de Voluntariado

DGARTES – Direção-Geral das Artes

E1, E2, E3 – Entrevistados 1, 2 e 3

EU – União Europeia

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis

GEAL – Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã

GOP – Grandes Opções do Plano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

NEEM – Not in Education, Employment or Training (Jovens que nem estudam nem trabalham)

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

PMJ – Plano Municipal da Juventude

PNJ – Plano Nacional da Juventude

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RIBP – Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e tem como principal tema a participação da juventude na vida cultural ao nível local. Foca a relação entre os jovens e as estruturas de poder locais, e procura caracterizar a sua intervenção na definição de políticas públicas culturais ao nível local, tomando como estudo de caso o Município da Lourinhã. A escolha deste tema decorre da necessidade identificada, pelos técnicos da divisão da Cultura e Cidadania deste município, de compreender de que forma os jovens participam e se relacionam com a oferta cultural do município, que através da observação em campo pelos mesmos, concluiu-se ser reduzida. Desta forma, este trabalho surge num contexto em que as autarquias assumem um papel cada vez mais relevante na definição e execução das políticas públicas culturais.

A cultura assume-se cada vez mais, como um eixo estratégico do desenvolvimento social e territorial, e a sua relevância tem ultrapassado apenas as dimensões simbólica e económica, estando a mesma interligada à educação, cidadania e coesão comunitária. Num contexto municipal, as políticas culturais adquirem especial importância, uma vez que no contexto atual os municípios têm adquirido cada vez mais um papel central na promoção cultural, da descentralização de recursos e criação de oportunidades de participação, pela sua proximidade ao público – os munícipes. Contudo, será demonstrado posteriormente que diversos autores explicam que as políticas culturais locais continuam a enfrentar fragilidades relacionadas com a continuidade das estratégias municipais, a articulação interdepartamental, o partidarismo e a instabilidade política.

Visto que este trabalho se centra na participação jovem na cultura, será importante ressaltar que são também os municípios importantes para a estruturação das políticas dirigidas à população jovem dos seus concelhos, que por sua vez precisam de ser adequadas, pois cada município constitui um contexto e uma realidade distintos.

Importa, contudo, reconhecer que o município não é o único promotor da vida cultural local, tomando a Lourinhã como exemplo, onde coexistem outros agentes e estruturas culturais, como associações recreativas, coletivas, escolas de música, entidades privadas e grupos informais, que desempenham um papel essencial na dinamização cultural no município, que os próprios jovens reconhecem. Assim, salienta-se que apesar deste trabalho abordar uma visão do município enquanto promotor de atividades culturais, considera-se igualmente o ecossistema cultural local, composto por diversos atores culturais, considerando-se assim a importância da

cooperação entre o município e os restantes agentes para uma ação cultural mais ampla, diversificada e inclusiva.

O presente trabalho aborda questões de programação e de definição de políticas culturais, mas parte de uma perspetiva centrada no consumo cultural juvenil, uma vez que a principal preocupação expressa pelos técnicos municipais se relaciona com os baixos níveis de participação e fruição cultural entre os jovens, confirmando-se essa lacuna nos resultados do *Questionário de Auscultação – Juventude*, onde 43,4% dos jovens assumiram não participar em qualquer evento cultural (neste contexto, evento cultural não se reduz apenas às propostas realizadas pela CML). Por esse motivo, procura-se aqui articular as perceções recolhidas com dados concretos sobre práticas culturais, incluindo indicadores de participação (através dos Questionários de Auscultação) e principais barreiras identificadas, tanto pelos jovens como pelos técnicos e executivo do município, de forma a agregar os dados para sustentar o diagnóstico realizado através da observação em campo e a contextualizar a ação municipal no panorama cultural local.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que os jovens não são apenas consumidores, mas também produtores culturais, ainda que muitas vezes fora dos circuitos institucionais.

Neste enquadramento, esta dissertação tem como objetivo compreender as principais barreiras à participação dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã e propor soluções para o seu fortalecimento, sendo a questão de investigação central orientadora do estudo – *Quais são as principais barreiras à participação dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã e que soluções podem ser propostas para promover o seu maior envolvimento?*

A partir desta questão central definem-se como objetivos específicos:

1. Identificar e caracterizar as políticas culturais do município;
2. Compreender as perceções de técnicos e responsáveis sobre a participação juvenil na cultura no município;
3. Analisar as práticas e interesses dos jovens do concelho;
4. Apresentar recomendações que contribuam para políticas culturais locais mais participativas e inclusivas.

Para responder à questão central e corresponder aos objetivos desta dissertação, foi utilizada uma abordagem qualitativa, complementada por análise da bibliografia relevante ao tema e integração de dados secundários do *Questionário de Auscultação – Juventude* (2024/2025). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a técnicos e responsáveis

municipais e analisados os documentos estratégicos relativos às políticas culturais e de juventude locais.

A escolha do tema resulta de um interesse pessoal e profissional pela área das políticas culturais e pelo papel da juventude na participação cultural e no desenvolvimento local. A pertinência do estudo prende-se na necessidade de compreender como as políticas culturais podem tornar-se mais participativas e ajustadas às dinâmicas contemporâneas da juventude, fortalecendo a cidadania cultural.

A dissertação inicia-se com o enquadramento teórico, que aborda os conceitos de políticas culturais, políticas culturais locais, democracia cultural e políticas e participação juvenil, momento após o qual define-se e explica-se a metodologia utilizada neste estudo.

Segue-se a parte empírica, começando com a caracterização sociodemográfica do concelho da Lourinhã; seguindo-se da análise do seu contexto cultural, com enfoque na sua oferta cultural, e descrição dos principais equipamentos e agentes culturais. Posteriormente analisam-se as entrevistas realizadas no âmbito da dissertação, concluindo esta secção com a análise das principais dinâmicas associadas à juventude e sua relação com a cultura no município, contando com os dados gerados no *Questionário de Auscultação - Juventude*, as entrevistas e a análise dos pontos anteriores referidos, procurando assim compreender as perceções, práticas e barreiras identificadas relativamente à participação cultural jovem.

Por fim, apresenta-se um conjunto de recomendações estratégicas resultantes de um cruzamento entre os dados empíricos e a revisão teórica, com o fim de contribuir para um fortalecimento das políticas culturais de juventude, e consequentemente impulsionar a participação dos jovens na cultura.

CAPÍTULO 1 – ESTADO DA ARTE /REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Políticas Culturais

O conceito de políticas culturais tem sido alvo de reflexão e debate na literatura, tendo o mesmo passado por sucessivas redefinições devido à sua dificuldade em delimitar, de forma clara, as fronteiras deste campo. Esta dificuldade passa, também, pela própria dificuldade em definir aquilo que é a cultura.

Segundo Denys Cuche (2006), a definição de cultura teve na sua origem duas linhas de pensamento, onde coabitaram os termos *Culture*, de origem francesa, com desenvolvimento a partir do séc. XIII, e o termo *Kultur* que “surge na língua alemã no século XVIII” (Cuche, 2006, p. 31). *Culture* surge associado aos “cuidados prestados aos campos ou gado” (Cuche, 1999, p. 28), passando mais tarde pela “cultura de uma faculdade” (Cuche, 1999, p. 28) (capital cultural na forma institucionalizada), no final associando ao conjunto de características próprias de uma comunidade em sentido lato.

Kultur surge, no final do século XVIII, como transposição do termo *Culture*, mas segue com uma evolução própria, ganhando rapidamente o seu próprio sentido, marcado pelo contexto social da época. Enquanto em França o termo *civilisation* estava ligado ao estilo de vida refinado da aristocracia, na Alemanha, a burguesia apropriou-se do termo *Kultur*. Desta forma, *Kultur* passou a ser associado aos valores espirituais e intelectuais, como a ciência, filosofia, arte e religião. Posteriormente, este conceito evoluiu para uma aceção mais ampla, entendida como o conjunto das conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o património de uma nação (Cuche, 2006).

Estes dois conceitos acabam por se encontrar em 1995, apresentados pela World Commission on Culture and Development, onde a cultura é apresentada em duas construções: de sentido funcional, pensada como setor cultural, onde esta representa um conjunto de atividades onde incluímos, também, aquelas que são realizadas nas indústrias culturais; do outro lado a perspetiva antropológica e sociológica, que define a cultura como um conjunto de atividades, práticas e crenças fundamentais para o funcionamento das diferentes sociedades (Throsby, 1999).

Quando mencionamos a cultura, inevitavelmente falamos de capital cultural, conceito introduzido por Pierre Bourdieu. Bourdieu argumentava que o capital cultural poderia manifestar-se em três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado (Bourdieu, 1986). Essa ideia de capital cultural, segundo Throsby, pode ser adicionada aos outros três tipos de

capital já reconhecidos pela economia: físico, humano e natural. O autor sugere que a quantificação de valor cultural pode ser comparável à avaliação económica, mesmo que o valor cultural possa variar entre indivíduos e que esteja sujeito a uma valoração cultural por parte da sociedade ou comunidade.

Assim, o capital cultural é conceituado como um ativo que contribui para o valor cultural de uma sociedade ou comunidade. Esse capital existe de forma tangível e intangível, onde em ambos os casos se gera um fluxo de serviços e consequentemente, existe uma contribuição para a produção de bens e serviços dentro da sociedade, como por exemplo, o caso do Mosteiro dos Jerónimos (tangível) e a recolha de música portuguesa que Fernando Lopes-Graça recolheu pelo território português (intangível), ambos os casos possuem valor cultural dentro da comunidade portuguesa, mesmo que possam ser mais ou menos apreciados individualmente.

Numa perspetiva geral, existe claramente uma relação entre o valor cultural e o valor económico, visto que o último pode aumentar devido a um certo valor cultural (Throsby, 1999). Esta articulação acaba por influenciar as preferências individuais e coletivas em relação aos ativos do capital cultural. Esta ligação que a cultura tem com a economia, também é abordada por Mulcahy (2006) no seu artigo sobre políticas culturais e suas principais definições. Mulcahy (2006), afirma que, de um ponto de vista utilitário, muitas das vezes o conceito “arte pela arte” não é suficiente para justificar os gastos públicos. Assim, os agentes políticos escolhem afirmar que a cultura traz benefícios económicos, mostrando-se dessa forma um investimento económico e não apenas estético. Mulcahy (2006) apresenta que o conceito de utilidade difere do conceito de valor e que a cultura para além de um gerar um bem económico e benefícios sociais, também deve ser valorizada como um bem essencial para a vida em sociedade.

A polissemia do conceito de cultura e a sua articulação com diferentes formas de capital contribuem, assim, para a indeterminação que está ligada à própria noção de políticas culturais.

Dubois (1999) observa que o conceito de políticas culturais nasce de uma construção da parte do Estado, à medida que decidiam o que iriam chamar de “cultura” e como intervir da melhor forma.

Até à década de 1960, a cultura era entendida como um espaço autónomo, em oposição ao Estado, onde a produção cultural era sobretudo privada e o Estado apenas intervinha na proteção de património e compras pontuais, o que dificultava a intervenção do mesmo neste campo, o que se devia também à oposição que existia entre Estado e Cultura. (Dubois, 1999) Em França, a partir dessa década, a cultura consolidou-se como uma categoria oficial de intervenção pública, processo iniciado em 1959 com a criação do Ministério da Cultura, e pelos planos de desenvolvimento cultural (Dubois, 1999). Já em Portugal, desde a Revolução de 25 de Abril,

de 1974, a cultura também tem-se vindo a consolidar – muito embora de uma forma irregular – como área de intervenção do Estado. (Santos, 2007; Maravalhas & Neves, 2025)

A partir do momento em que a cultura passa a ser uma política de Estado o debate em torno da sua relação com o poder público renova-se. Se, anteriormente ao séc. XX os artistas acusavam o Estado de querer controlar a arte, no período posterior surge a perspectiva de que o Estado deverá intervir para proteger a autonomia da arte (Dubois, 1999). Mesmo assim, continua a existir uma disputa sobre quem deverá definir aquilo que é a cultura, mantendo o conflito entre os valores e o papel do Estado na cultura. Depois da intervenção do Estado surgiram novos apoios e legitimidade, mas também novas críticas e resistências, mantendo a política cultural como um campo ambíguo e num debate constante.

Mulcahy (2006) defende a necessidade de compreender as políticas culturais no contexto daquilo que são as políticas públicas. As várias definições de políticas públicas (ver por exemplo Anderson, 1975; Dye, 2005; Mulcahy, 2006; Peters, 1996) mostram que a política pública não é apenas um mecanismo de regulação, mas sim um processo deliberado que envolve escolhas, valores e estratégias de ação. A partir da sua discussão é possível identificar três abordagens principais: a instrumental, em que a cultura é usada como recurso para objetivos económicos, sociais ou políticos, objetivos estes que precisam de ser justificados perante os cidadãos e não, como anteriormente, apenas perante a elite (Mulcahy, 2006); intrínseca, que valoriza a cultura pelo seu mérito artístico e simbólico, estando esta associada à crítica de – dizer que algo é útil não é o mesmo que dizer o porque de esta ser valiosa; e a dimensão institucional, que se evidencia no contexto em que a política cultural é soma das atividades governamentais no domínio das artes, humanidades e património, bem como o conjunto de estruturas, organismos e processos que asseguram a sua implementação (Mulcahy, 2006). Esta diversidade de perspectivas sublinha a complexidade e a ambiguidade do campo, que não pode ser reduzida a uma lógica de intervenção.

Costa (1997) sublinha a heterogeneidade e a constante reconfiguração das políticas culturais, moldadas pelas ideologias políticas, pelas tradições nacionais e pelas transformações sociais. O autor mostra que as políticas culturais incidem sobre uma multiplicidade de diferentes espaços, da cultura erudita às indústrias culturais, das subculturas e associações às práticas quotidianas, e sobre diferentes modos de relação com os bens culturais, como criação, a participação ou a receção (Pinto, 1994, 1995 e 1997 citado em Costa, 1997). Costa destaca ainda a importância de vetores estruturantes, como a preservação, valorização e disponibilização do património; a promoção de disposições estéticas e intelectuais duráveis junto das populações; a descentralização de recursos e decisões; a articulação entre Estado,

autarquias, associações e sistema educativo; bem como o reconhecimento da diversidade cultural e a abertura à alteridade.

José Madureira Pinto (citado em Costa, 1997) defende que as políticas culturais devem reforçar não apenas a democratização do acesso, mas também da própria criação e produção, promovendo a educação, a descentralização e o associativismo. Augusto Santos Silva (1995, 1997, como citado em Costa, 1997) propõe compreender a relação entre Estado e sociedade civil a partir de quatro polos: as políticas de património, as de formação educativa de públicos, as de sustentação da oferta cultural e as de uso económico, social e político da cultura. O autor sublinha ainda a relevância do terceiro setor - associações, cooperativas e grupos informais, como parceiro fundamental neste sistema tripartido alertando, porém, para o risco de uma excessiva desresponsabilização do Estado.

Maria de Lourdes Lima dos Santos (2007) demonstra que, a partir de década de 1990, os municípios passaram a assumir um papel central no financiamento e desenvolvimento da cultura confirmando a ideia de José Madureira Pinto (citado em Costa, 1997), sobre a pluralidade de atores presentes nas políticas culturais. Santos (2007) diz que as políticas em Portugal enfrentam o desafio de articular inovação e competitividade com cidadania cultural, apesar de se notarem à época avanços no que toca às redes de bibliotecas e museus, programas de leitura e descentralização cultural. No entanto, persistiam fragilidades ao nível da profissionalização, da internacionalização e da continuidade das políticas, fortemente condicionadas pela instabilidade política. (Santos, 2007)

Segundo Maravalhas e Neves (2025), as políticas culturais contemporâneas em Portugal inserem-se na coexistência entre os paradigmas de democratização e democracia cultural, que embora conceptualmente distintos, acabam por se cruzar na prática das autarquias, do governo central e das entidades culturais, e destacam que o paradigma da democratização cultural, centrado na difusão e alargamento do acesso à cultura (Neves, 2021, citado em Maravalhas & Neves, 2025), ainda permanece dominante na organização das políticas públicas provenientes do governo central, enquanto que o da democracia cultural, centrado na participação, co-criação e diversidade cultural (Lopes, 2009, citado em Maravalhas & Neves, 2025; Bonet & Négrier, 2018), tem vindo a assumir um papel importante no seio das estratégias para a cultura dos governos locais. (Costa, 1997; Lopes, 2007; Neves et al, 2023, citados em Maravalhas & Neves, 2025)

1.2. Políticas Culturais Municipais em Portugal

Segundo os dados apresentados no *Short Profile* português pelo *Compendium of Cultural Policies & Trends* (Farinha, 2024), a situação cultural do país tem sido uma consequência das diversas mudanças do sistema político (Campos & Baptista, 2016; Santos, 2007; Silva, 2003, citado em Gama 2021), mas Gama (2021) defende que não podemos colocar todas as culpas nessa instabilidade, sublinhando que deve-se também o foco ao fosso existente entre o discurso oficial, que valoriza a cultura, e a ação efetiva, marcada por investimentos pontuais e pouco estratégicos (Lopes, 2024 e Santos, 1998, 2005, citados em Gama, 2021).

A partir da década de 1980, os municípios ganharam palco no que toca às políticas culturais: a partir de 1974, existiu uma crescente “descentralização das políticas culturais” (Campos & Baptista, 2016, p.280), começando pela autonomia financeira, em 1979, seguida da lei das autarquias locais, em 1984, onde a legislação definiu a competência autárquica no setor cultural (Campos & Baptista, 2016). Segundo Gama (2021), os municípios, assumem um esforço financeiro percentualmente mais forte do que o realizado pela administração central, apesar das persistentes fragilidades “na definição e implementação de políticas culturais à escala municipal” (p. 17). De acordo com o *Compendium of Cultural Policies & Trends* (Farinha, 2024), com base em dados do Eurostat, em 2022 as autarquias foram responsáveis por cerca de 46% da despesa pública cultural em Portugal. Estes dados, correspondem à informação mais recente e completa disponível, já que os valores de 2023 ainda não se encontram integralmente validados (Eurostat, 2025).

Apesar destes dados, autores como Gama (2021) e Santos (2020), apontam para as fragilidades persistentes. Ambos sublinham que as políticas culturais locais permanecem fortemente dependentes dos ciclos políticos, revelam falta de continuidade nos programas culturais, demonstram fraca articulação entre diferentes áreas e níveis de governação. Santos (2020), descreve que ainda existe a presença de um modelo *top-down*, centrado na:

“criação de infraestruturas sem uma preocupação paralela de as colocar continuada e regularmente ao serviço das suas populações; numa estratégia de democratização cultural pouco consistente baseada no imediatismo de uma fruição cultural de massas, sem potenciar plenamente o desenvolvimento individual e coletivo; na forte ligação com as instituições escolares e associativas, também como estratégia de exercício do poder de dominação social; no uso de tradições locais como veículo privilegiado para a construção de uma identidade coletiva local, sem que isso seja devidamente potenciado e articulado com dinâmicas nacionais e internacionais; e pela tentativa de afirmação da localidade através do agendamento de eventos culturais de média e grande dimensão” (Gama, 2021, p. 24).

Santos (2020), acrescenta que coexistem diversos tipos de políticas locais: o modelo institucionalista, onde predomina o modelo *top-down*, onde as autarquias funcionam como

recetoras passivas de bens e serviços culturais definidos a partir do centro, numa “lógica centro-periferia” (Santos, 2012b, citado em Santos 2020, p. 85); o modelo industrial, ligado à lógica do mercado e competitividade; e o de cidadania cultural, que surge para responder à necessidade de uma intervenção cultural baseada na participação, o empoderamento das comunidades e a diversidade de práticas.

A descentralização do poder, também permitiu, através da intervenção municipal e parceria entre governo central e governo local, a criação de projetos como a Rede de Bibliotecas Públicas (1987), dos Museus (2000), Rede Portuguesa de Arquivos (2009), Teatros e Cineteatros (2019) e Arte Contemporânea (2021). (Farinha, 2024; Neves, 2025) Estes instrumentos de políticas públicas contribuíram para o reforço da cobertura territorial, mesmo que de forma irregular, beneficiando sobretudo municípios de maior capacidade financeira e capital institucional. (Campos & Baptista, 2016; Santos, 2020; Neves, 2025). Atualmente, “apenas 10,7% dos municípios portugueses não têm equipamentos aderentes a nenhuma rede” (Neves, 2025, p.110), sendo que as restantes redes existentes no país, para além das mencionadas anteriormente – Rede Portuguesa de Arquivos; Rede Portuguesa de Arte Contemporânea – ainda registam números inferiores. Apesar das assimetrias, principalmente no litoral, que José Soares Neves (2025) descreve, o panorama a este nível tem evoluído, através de uma simbiose dos diversos níveis de governação, que proporcionam uma articulação entre os níveis central e local, que tem-se mostrado importante para promover a coesão territorial e a consolidação das políticas públicas culturais locais. (Neves, 2025)

O Atlas Artístico e Cultural de Portugal (2024), uma parceria entre a DGARTES e o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa¹, coordenado por José Soares Neves, evidencia avanços expressivos na cobertura territorial das políticas culturais, mas também as assimetrias persistentes entre municípios de maior e menor densidade artística. De acordo com o autor, esta leitura multidimensional, que toma o município como unidade territorial de análise, permite identificar de forma mais precisa os problemas em territórios específicos e, assim, informar para a definição de novas políticas públicas culturais orientadas para a correção das desigualdades e o reforço da coesão territorial. (Neves, 2025)

¹ Atlas Artístico e Cultural de Portugal (AACP) – estudo realizado no âmbito da parceria entre a Direção-Geral das Artes (DGARTES) e o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, através do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), publicado em junho de 2024, sob coordenação de José Soares Neves, tendo como objetivo mapear e caracterizar os equipamentos e entidades artísticas em atividade em Portugal, analisando também os impactos da crise provocada pela pandemia (COVID-19), de forma a produzir indicadores que possam apoiar a formulação de políticas culturais, disponível em: https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/atlas_artistico_e_cultural_de_portugal.pdf

Uma leitura das políticas culturais públicas em Portugal evidencia uma evolução marcada por fases distintas, que vem desde a afirmação do poder local até à consolidação de modelos, de articulação entre os diversos níveis de governação, procurando a coesão territorial (Neves, 2025). Através de diversos programas desenvolvidos pelo governo central, nos quais se destacam os programas de equipamentos em rede, os apoios a entidades artísticas profissionais e a criação de itinerários permanentes do património imóvel e imaterial, tem-se promovido a qualificação das infraestruturas culturais municipais e a fomentação da cooperação entre os níveis administrativos, reforçando o papel que as autarquias possuem na programação, mediação e formação de públicos (Neves, 2025).

Por outro lado, uma visão demasiado localista é identificada por outros autores (Gama, 2021), o que concorre para uma desarticulação entre os diversos níveis das políticas, desde as locais e as nacionais. Um dos fatores que mais contribui para esta desarticulação é a “ausência de diálogo intermunicipal” (Gama, 2021, p. 18), mas também a falta de produção escrita e análise crítica sobre políticas culturais locais contribui para esta desarticulação.

Ainda assim, a cooperação não é inexistente, verificando-se iniciativas intermunicipais, como a Artemrede e as Comédias do Minho, que procuram responder às limitações individuais dos municípios através de parcerias assentes na proximidade comunitária e na criação artística participativa (Farinha, 2024). Por seu lado, Neves (2025) mostra que essa articulação tem expressões muito concretas ao nível intermunicipal, como as Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas (RIBP) e com a construção de políticas culturais de escala regional apoiadas por programas europeus, que têm vindo a alargar a escala de ação cultural e a promover uma governação multinível mais colaborativa e orientada para a coesão territorial.

Em síntese, os municípios afirmaram-se, desde os anos 1980, como protagonistas centrais das políticas culturais em Portugal, acabando por assumir hoje a maior fatia do investimento público no setor cultural (Farinha, 2024; Santos, 2007; Costa, 1997 & Neves, 2000, citados em Maravalhas & Neves, 2025). No entanto, estas políticas têm revelado fragilidades como: a forte influência dos ciclos políticos e a prevalência da lógica *top-down* (Santos, 2020; Lopes 2009, citado em Maravalhas & Neves, 2025); a dificuldade de comunicação intermunicipal e entre os municípios e o governo central (Gama, 2021). Entre os principais desafios destaca-se a necessidade de assegurar a continuidade e sustentabilidades às políticas culturais locais e a redução da municipalização e partidarização das mesmas (Gama, 2021; Santos 2020). Para responder a estas limitações, os autores sugerem o diálogo intermunicipal, o desenvolvimento da investigação no campo das políticas culturais locais e a aposta no modelo de cidadania

cultural, sustentado numa lógica *bottom-top*, que valorize a participação, o empoderamento das comunidades e a diversidade das práticas culturais.

1.3. Participação e Democracia Cultural

Segundo Lopes (2009), a democratização cultural esteve durante várias décadas no centro da agenda das políticas culturais europeias, época em que se acreditava que a difusão das “obras capitais da humanidade” (Caune, 1999, citado em Lopes 2009, p. 2) permitiria o acesso dos cidadãos ao património cultural e, desse modo, elevar o seu nível espiritual e educativo. Este modelo, consolidado em França nos anos de 1960 (Costa, 2009; Dubois, 1999), tinha como eixo central a “concentração de esforços administrativos e financeiros em torno da difusão [...], a par do apoio, em menor grau ou como segunda prioridade, à criação artística nobilitada e consagrada” (Lopes, 2009, p.2).

No entanto, em 1966, é publicada a obra *L'Amour de l'art* que se tornou uma referência fundamental “ainda hoje uma obra de base das bibliografias sobre museus e sobre públicos em cursos académicos” (Neves & Camacho, 2016, p. 1). Sendo esta obra um estudo pioneiro sobre os públicos de museus, demonstrou que a fruição da arte não é natural nem universal, mas que estava profundamente condicionada pelas desigualdades sociais e escolares (Lopes, 2009; Neves & Camacho, 2016), desta forma mostrando que políticas de democratização cultural apresentavam-se limitadas.

É a partir destas reflexões que emerge a proposta do paradigma da democracia cultural. Este ponto de viragem é marcado por dois momentos: o início do estabelecimento daquilo que seriam os limites conceptuais da animação sociocultural estabelecidos pelo Conselho Europeu e com a Primeira Conferência de Ministros Europeus responsáveis pelos Assuntos Culturais, em Oslo, onde se determinou que a cultura não deveria ser entendida apenas como um bem de consumo, mas sim como um espaço de participação cidadã (Lopes, 2009). A democracia cultural valoriza as práticas culturais diversas ao mesmo tempo que aposta no empoderamento dos cidadãos para a criação, expressão e decisões no campo cultural (Bonet & Négrier, 2018; Lopes, 2009).

Bonet e Négrier (2018) denominam esta transformação de *participative turn*, identificando a participação como princípio estruturante das políticas culturais contemporâneas. Os autores argumentam ainda que os quatro paradigmas das políticas culturais identificados², não se

² a excelência cultural, que privilegia critérios de qualidade definidos por especialistas; a democratização cultural, orientada para o acesso; a democracia cultural, baseada na co-criação; e a economia criativa,

substituem, mas coexistem de forma cumulativa, como acontece atualmente em Portugal, onde coexistem os dois paradigmas – democratização e democracia cultural (Maravalhas & Neves, 2025). No caso da participação, esta é interpretada de forma distinta, que vai desde o simples alargamento de públicos até a formas de programação partilhada; contudo, em si mesma a participação não apresenta um paradigma autónomo, mas sim um recurso disponível que assume diversas formas consoante os objetivos políticos e institucionais.

Tanto Lopes (2009) como Bonet e Négrier (2018) acreditam que o futuro das políticas culturais exige a criação de espaços de participação efetiva, e não apenas ampliação ao acesso.

onde se valoriza o impacto económico e a viabilidade do mercado. economia criativa, onde se valoriza o impacto económico e a viabilidade do mercado (Bonet & Négrier, 2018).

CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS POLÍTICAS CULTURAIS

2.1. Um retrato da juventude em Portugal

De acordo com os Censos de 2021, a população jovem, compreendida entre os 15 e 34 anos, passou de representar um quarto da população em 2011 (25%) para cerca de um quinto em 2021 (20%), dessa forma sublinhando o envelhecimento demográfico. (Censos, 2021, citado em FNAJ, 2025) Entre 2011 e 2021, registou-se um aumento de 23,4% da população jovem estrangeira, contrastando com a diminuição de 17,5% da população jovem portuguesa (INE, s.d., citado em FNAJ, 2025).

Em matéria de educação e qualificação, a taxa de abandono escolar precoce esteve nos 8% em 2023, enquanto 37% dos jovens entre os 30 e 34 anos concluíram o ensino superior (INE, s.d., citado em FNAJ, 2025). Contudo, as desigualdades territoriais têm reflexo na camada jovem, visto que a percentagem de jovens classificada como “NEEM” (Not in Education, Employment or Training), isto é que nem estudam nem trabalham, é mais elevada em territórios rurais (11,5%) face à média nacional de Portugal (9,5%) e ao valor nas áreas urbanas (9,2%) (ISCTE, s.d., citado em FNAJ, 2025).

A idade média para uma vivência autónoma situa-se nos 29 anos e, em 2024, verificou-se ainda uma subida de 7% no valor das rendas habitacionais, um fator que condiciona a autonomia jovem, desta forma dificultando a sua emancipação. (Eurostat, s.d., citado em FNAJ, 2025) No plano laboral, a taxa de desemprego dos jovens entre os 16 e os 24 anos atingiu os 21,6% em 2024, evidenciando a dificuldade no âmbito da inserção profissional (INE, s.d., citado em FNAJ, 2025). No que toca ao envolvimento cívico e comunitário, mais de metade dos jovens entre os 15 e 30 anos pratica voluntariado. (CPV, s.d., citado em FNAJ, 2025)

Finalmente, no domínio do bem-estar, os dados mais recentes apontam para uma fragilidade significativa da saúde mental entre adolescentes: 45% reportam sintomas depressivos, dos quais 14,8% de gravidade moderada e 15,3% de gravidade elevada (Programa Mais Contigo, s.d., citado em FNAJ, 2025).

Em síntese, a juventude em Portugal apresenta-se na atualidade como um grupo numericamente reduzido face aos dados de anos anteriores, marcado por uma maior diversidade, níveis mais elevados de qualificação e forte envolvimento cívico; enfrenta barreiras ligadas ao desemprego, à precariedade, às desigualdades territoriais e ao acesso à habitação, sendo também vulnerável em termos de saúde mental.

2.2. Políticas Nacionais de Juventude em Portugal

O *I Plano Nacional da Juventude* (2018-2021) pretendeu “ser um instrumento político com a missão de concretizar a transversalidade das políticas de juventude e com vista ao reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens” (RCM n.º 114-A/2018, p. 2) e representou o primeiro instrumento interministerial em matéria de juventude, abrangendo áreas como a educação, emprego, saúde, habitação, ambiente e cultura.

Foi construído num processo de auscultação alargada através de “questionário a jovens e a responsáveis municipais por políticas de juventude, entrevistas de grupo a jovens, a dirigentes associativos, a técnicos de juventude das administrações central e local e a investigadores, e as conclusões do fórum do PNJ” (RCM n.º 114-A/2018, p. 2). Neste documento a cultura não aparece como um eixo autónomo, como os domínios-chave Educação Formal e Não Formal, Emprego, Saúde e Habitação, mas sim na secção “outras áreas relevantes” (RCM n.º 114-A/2018).

No *II Plano Nacional da Juventude* (2022-2024) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 8 de setembro, a cultura surge como um eixo estratégico central, ao contrário do plano anterior. O documento sublinha três grandes prioridades: “garantir acesso à criação [artística e cultural]” (RCM n.º 77/2022, p. 96), “garantir a fruição cultural às pessoas jovens” (RCM n.º 77/2022, p. 98), e “garantir a igualdade, inclusão e proteção de direitos humanos das pessoas jovens na cultura” (RCM n.º 77/2022, p. 101).

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a Agenda Nacional da Juventude, que terá na sua estrutura o eixo da cultura e criatividade.

Para além do governo central, onde o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) assegura a coordenação e execução das políticas públicas de juventude, apoiando programas de voluntariado, informação e associativismo juvenil (IPDJ, s.d.), outros atores contribuem para o desenvolvimento de políticas juvenis. O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) é um órgão representativo e consultivo, que dá voz às organizações juvenis, promove a participação política e cívica das pessoas jovens e atua como mediador entre a juventude, o Estado e a sociedade civil (CNJ, s.d.).

No plano associativo, a Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ) é a principal estrutura representativa do associativismo juvenil, integrando mais de 1.000 associações filiadas, envolvendo 500.000 jovens de 18 distritos e ilhas (FNAJ, s.d.). A FNAJ tem produzido documentos estruturantes como, o Manual do Associativismo Jovem (2025), a Carta Jovem

(2025), o Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude (2019, 2020), entre outros (FNAJ, s.d.).

2.3. Jovens e a sua relação com os municípios

Em 2012 foi publicada a Declaração de Braga³ sobre Políticas Autárquicas da Juventude, resultante de um encontro que reuniu representantes de mais de 60 municípios “organizações juvenis, políticos/as e técnicos/as das autarquias responsáveis pela área da juventude” (Declaração de Braga, 2012, p. 5). A Declaração veio como proposta para o futuro das políticas municipais de juventude que tinham até lá demonstrado um “carácter frágil, inconstante marginal, muitas vezes sem a devida institucionalidade pública que as tornem sustentáveis no tempo” (p. 6), propondo uma mudança de paradigma para processos estruturados, permanentes e transversais que envolvem os jovens na definição, execução e avaliação das medidas que lhes dizem respeito (Declaração de Braga, 2012).

Um dos principais contributos deste documento foi a promoção da criação dos Planos Municipais de Juventude (PMJ) que “sob a liderança dos/as responsáveis políticos/as do município e congregando os diversos atores na área da juventude” (p. 7) se pudesse definir “a estratégia e a orientação política de juventude de um município” (p. 7) que pudesse promover uma colaboração entre municípios, jovens e organizações juvenis, com o objetivo de destacar a importância dos jovens para o desenvolvimento local. A Declaração enuncia os pilares onde devem assentar estes Planos Municipais de Juventude: democracia participativa, territorialização, transversalidade, diversidade, permeabilidade, corresponsabilização e cogestão.

O Toolkit – Juventudes e Poder Local apresenta os objetivos atuais para os PMJ:

“promover a inclusão, participação e emancipação dos/as jovens; impulsionar processo de co-gestão e co-implementação de políticas locais de juventude; desenvolver políticas locais adaptadas às necessidades juvenis; fomentar a cooperação entre jovens e decisores políticos; promover a participação cívica e democrática”

No plano operativo, a Declaração de Braga reforça alguns mecanismos como os Conselhos Municipais de Juventude, os orçamentos participativos, valorização da educação não formal e do voluntariado, aposta nas redes de mobilidade e intercâmbio internacional e reconhece o poder das tecnologias digitais para promoção da participação e informação (Declaração de Braga, 2012).

³ Ano em que Braga foi Capital Europeia da Juventude.

Os PMJ aparecem ao lado de outras ferramentas na Agenda para a Inovação das Políticas da Juventude (2021): orçamentos participativos, *smart and digital youth work*, gabinetes municipais de juventude, gabinetes de apoio às associações, espaço cidadão jovem, *role models* e embaixadores jovens, mostra de associações juvenis, jovem autarca, cartão jovem nacional e municipal, plano de formação e *workshops*. Para além disso são também discriminados os espaços de Participação Jovem: organizações juvenis, conselhos municipais de juventude, redes de trabalho e partilha, assembleias jovens e parlamento jovem. Nestes mecanismos propostos, a cultura aparece como um dos domínios centrais, ao lado da educação, saúde, participação cívica/associativismo, habitação, emprego, lazer. (Declaração de Braga, 2012)

Em síntese, as políticas de juventude em Portugal têm vindo a evoluir, a partir da importância que os jovens e as suas necessidades possuem na comunidade, em vários níveis – desde o europeu até ao nível local. Consensos importantes, como a Declaração de Braga, impulsionaram a construção de instrumentos e medidas de ação, como os Planos Municipais da Juventude, especificamente a implementar ao nível das políticas locais. É através de diversas metodologias e espaços que se procura a aproximação dos jovens dos processos de decisão, inclusive no domínio cultural, reconhecendo assim a sua importância para o desenvolvimento local.

2.4. Relação dos Jovens com a Cultura

O *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020*, realizado por José Machado Pais, Pedro Magalhães e Miguel Lobo Antunes, foi publicado em 2022 e é resultado de uma investigação que teve como objetivo “que os resultados do Inquérito possibilitem uma informação relevante para todos quantos nos planos nacional ou local necessitem de elementos para orientarem as respetivas políticas culturais.” (Martins, 2022, p. 20). Encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o Inquérito utilizou trabalho de campo realizado nos últimos meses de 2020 e adaptado de forma a traduzir as mutações em curso, nomeadamente o Inquérito demonstrou o impacto da pandemia COVID-19 em que certas práticas culturais foram afetadas, visto que os espaços nos quais estas tinham o seu desempenho mantiveram-se fechados.

Tendo em conta este contexto, o Inquérito definiu, de forma geral, um período de referência de 12 meses antecedentes à data de aplicação do mesmo, com exceção nas práticas culturais desenvolvidas em espaços encerrados devido à pandemia, tomando o período de referências os 12 meses anteriores ao início da pandemia. (Magalhães & Rodrigues da Silva, 2022) Já as

restantes práticas, consideraram-se os originalmente definidos 12 meses anteriores à realização das entrevistas, refletindo assim o contexto pandémico. A amostra teve por base 2000 inquiridos, com 15 anos ou mais, do sexo feminino ou masculino, de diferentes regiões de Portugal, com diferentes graus de instrução, distribuídos de forma diferente pelas classes socioprofissionais, dos quais 9% situados entre os 15-24 anos e 12% entre os 25-34 anos. (Magalhães & Rodrigues da Silva, 2022)

Entre diferentes análises possíveis, na faixa etária jovem verifica-se um ecletismo “que faz eco do “omnivorismo cultural” (Borges, 2022, p. 236), combinando dessa forma consumos de natureza popular e erudita, presencial e digital. Entre os jovens (15-24) por exemplo, “82% declaram ter ido ao cinema” (Borges, 2022, p. 246); também são os jovens que mais participam em festivais e concertos, sobretudo pop-rock, e de forma minoritária em manifestações culturais de carácter erudito (Borges, 2022).

A internet e as redes sociais desempenham um papel central neste quadro, não apenas enquanto meio privilegiado de acesso à informação cultural, mas também como espaço de produção e partilha de conteúdos, permitindo aos jovens assumirem-se como “prosumidores” culturais (Martinho & Lapa, 2022, p. 87-88). Este comportamento contraria a ideia de que a intensificação do digital afasta os jovens de práticas de leitura: o estudo mostra que as faixas etárias mais jovens, são também, as que mais livros leem, associando esta prática a outros consumos digitais de carácter cultural (Pais, 2022). Em particular, os festivais de música assumem-se como espaços de participação cultural privilegiada, sobretudo entre os 15 e os 34 anos (Borges, 2022).

Em suma, os jovens portugueses revelam padrões de consumo cultural diversificados, conjugam a dimensão presencial com a digital, a cultura popular com a erudita, confirmando a permeabilidade a novos formatos e práticas emergentes.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Segundo Bryman (2012), os principais elementos da pesquisa nas ciências sociais são:

1. Revisão da literatura, que permite compreender o que já se sabe sobre o tema e situar criticamente o estudo no corpo de conhecimento existente;
2. Criação de conceitos e teorias, que auxiliam na organização da investigação e na definição do foco de estudo, contribuindo também para estruturar a análise e a interpretação dos resultados;
3. Questões de investigação, consistem numa formulação explícita daquilo que o investigador pretende compreender ou descobrir sobre o tema.
4. Amostragem/Definição da amostra, que define os casos ou indivíduos a partir dos quais serão recolhidos os dados;
5. Recolha de dados, que compreende os procedimentos sistemáticos de obtenção de evidências empíricas;
6. Análise de dados, que consiste na fase onde o material recolhido é organizado, codificado e interpretado à luz das questões de investigação e do enquadramento teórico;
7. Redação, que no fundo é a disseminação da investigação e conclusões obtidas durante o seu processo.

O autor acrescenta também, que a ordem das principais fases descritas pelo mesmo, não possuem uma ordem fixa, dependendo de cada caso.

3.1. Problematização e Objetivos

Numa fase preliminar, procedeu-se à realização de uma entrevista exploratória com a responsável pela Divisão de Cultura e Cidadania do Município da Lourinhã, momento que possibilitou compreender as necessidades do departamento e identificar áreas prioritárias de intervenção. Foi esta entrevista que possibilitou a identificação daquilo que seria a problemática desta dissertação, a reduzida participação dos jovens do município da Lourinhã na programação cultural oferecida pela CML, tendo daí resultado a definição da questão central de investigação – *Quais são as principais barreiras à participação dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã e que soluções podem ser propostas para promover o seu maior envolvimento?*. Tal como defende Creswell (2009), a formulação clara da questão é um passo

essencial para a construção do desenho de pesquisa na investigação na área das ciências sociais e assim se verificou no decorrer deste processo.

Um dos principais objetivos desta dissertação consiste em compreender a relação que se estabelece entre o Município da Lourinhã e os seus públicos jovens (no plural, por se reconhecer a diversidade de perfis, contextos e motivações existentes entre a juventude local) no contexto da programação cultural oferecida pelo município, tentando identificar as dinâmicas de participação, fruição e envolvimento dos jovens na vida cultural local. É importante ressaltar, que menciona-se na frase anterior a “vida cultural local”, pois apesar de o estudo se centrar na ação do município enquanto o principal promotor das atividades culturais, teve-se em mente a complexidade do ecossistema cultural local, que integra outros agentes culturais.

O propósito deste estudo não culmina numa solução normativa para o problema central – o fraco envolvimento dos jovens nas propostas culturais da CML, mas antes quer-se compreender as dinâmicas e barreiras que o condiciona, bem como as perceções dos diferentes atores implicados.

Com base na questão central deste trabalho, foram identificadas palavras-chave/conceitos iniciais que orientaram uma pesquisa bibliográfica preliminar, procurando desta forma avaliar a atualidade do tema e definir tópicos relevantes para o Estado de Arte. As leituras iniciais partiram da bibliografia obrigatória e complementar em várias unidades curriculares do mestrado no qual se enquadra a presente dissertação. A partir destes autores foi desenvolvida uma pesquisa adicional em repositórios académicos e no *Google Scholar*, chegando assim a novas fontes e autores. As fontes recolhidas foram sistematizadas por tópicos e palavras-chave, de modo a organizar a bibliografia de forma progressiva, partindo de conceitos mais abrangentes até às dimensões mais específicas, como sugere Creswell (2009).

Foi após esta parte preliminar que, por fim, foi possível reconhecer os objetivos específicos para este trabalho:

- Caracterizar as políticas culturais municipais e o papel da autarquia na promoção da participação cultural junto dos jovens locais;
- Compreender as perceções dos diferentes atores sobre a relação entre juventude e cultura no município, a partir dos dados existentes e disponíveis;
- Identificar as principais barreiras à participação cultural dos jovens;
- Perceber o que se entende por participação – no contexto deste trabalho;
- Apresentar recomendações estratégicas que possam contribuir para políticas culturais locais mais participativas, inclusivas e ajustadas às dinâmicas contemporâneas da juventude.

3.2. Opções Metodológicas

A presente dissertação assentou numa investigação de natureza qualitativa, uma vez que se pretendeu compreender perceções, dinâmicas e significados associados à participação cultural juvenil, mais do que identificar comportamentos ou medir frequências.

No âmbito dos objetivos destacam-se os principais pilares metodológicos;

- Recolha e análise documental, através do website do município, documentos disponibilizados pelo mesmo, e outros sítios digitais, com informações pertinentes;
- Trabalho de observação e acompanhamento realizado durante o estágio curricular no âmbito do mestrado no qual se insere o presente trabalho;
- A realização de entrevistas semiestruturadas a técnicos e responsáveis municipais;
- A análise de dados secundários produzidos pelo *Questionário de Auscultação – Juventude*.

3.3. Estágio curricular como instrumento de aproximação ao contexto

O primeiro eixo metodológico correspondeu ao estágio curricular realizado na Divisão de Cultura e Cidadania da Câmara Municipal da Lourinhã, entre setembro 2024 e março de 2025, que proporcionou um contacto direto com o contexto institucional e territorial da investigação, permitindo uma observação direta e continuada do funcionamento dos serviços municipais de Cultura e Juventude.

De acordo com Bryman (2012), a “observação participante” (Bryman, 2012, p. 432) consiste na imersão do investigador num determinado contexto social por um período prolongado, com o objetivo de observar comportamentos, escutar conversas, realizar entrevistas e recolher documentos que permitam compreender a cultura e as práticas desse grupo.

Embora esta dissertação não se configure como uma etnografia formal, o estágio partilha com esta abordagem qualitativa várias características, nomeadamente a imersão prolongada no campo, a interação com os participantes (os jovens e os técnicos e executivo da CML) e a observação sistemática das práticas institucionais e culturais.

Foi também durante o estágio possível colaborar na aplicação do *Questionário de Auscultação – Juventude*, promovido pelo Conselho Municipal da Juventude da Lourinhã (ver secção 3.5. deste capítulo), onde foi prestado apoio à aplicação dos questionários e registo das respostas na base de dados digital, sem intervenção na conceção do instrumento nem na análise estatística.

Assim, a realização do estágio permitiu recolher informação de natureza empírica, fundamental para a compreensão do contexto municipal e para o desenvolvimento dos restantes instrumentos metodológicos, através do acompanhamento do desenvolvimento de atividades culturais, da participação em processos de planeamento e colaboração em alguns momentos da Agenda Cultural Municipal, possibilitando, desta forma, o contacto direto com os processos internos da autarquia.

3.4. Recolha e análise documental

A recolha e análise documental foi essencial para compreender o contexto territorial, institucional e cultural do Município da Lourinhã, e esta foi feita através de:

- Fontes estatísticas;
- O website institucional da CML e as suas subdivisões;
- As Agendas Culturais Municipais, disponíveis online;
- Relatórios de Gestão da Finança Municipal;
- Planos estratégicos e publicações oficiais;
- Notícias e comunicados divulgados em órgãos de comunicação local e regional.

A análise documental acima referida, teve como propósito a realização da caracterização sociodemográfica; a identificação dos equipamentos e agentes culturais; o mapeamento da oferta cultural, promovida pelo município, existente. Para além disso, foi possível, durante este processo, compreender a dimensão digital da comunicação cultural municipal, elemento particularmente relevante para a relação com os jovens.

Foi, portanto, essencial esta etapa da investigação, para a contextualização do caso de estudo e identificação de padrões de programação.

3.5. Entrevistas Semiestruturadas

Durante o estágio curricular foi possível a realização de entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Bryman (2012) são um método adequado quando se pretende equilibrar a comparabilidade entre entrevistas e a flexibilidade para explorar dimensões emergentes.

Estas entrevistas foram de carácter voluntário e anónimo, isto fundamentado com a assinatura do *Consentimento Informado*, presente no Anexo B, pelos entrevistados no início de cada entrevista. Foram realizadas presencialmente e individualmente com cada um dos três entrevistados, que também autorizaram a gravação das mesmas. Foi elaborado um guião (Anexo C), para que a estrutura central das três entrevistas fosse a mesma.

No presente estudo, as entrevistas tiveram como objetivos:

- Compreender as perceções dos técnicos sobre a participação dos jovens na cultura local;
- Identificar barreiras e limitações à participação juvenil, ao olhar dos entrevistados;
- Recolher propostas ou visões estratégicas futuras de aproximação à juventude que seriam as mais adequadas no contexto do município.

3.5.1. Codificação das Entrevistas

As entrevistas foram analisadas numa lógica qualitativa, após a transcrição das mesmas a partir das gravações autorizadas pelos entrevistados. Esta análise qualitativa de entrevistas, seguiu as recomendações de Bryman (2012), baseando-se em leitura repetida das transcrições, codificação inicial que se desenvolveu posteriormente num agrupamento em categorias e identificação de temas centrais, desta forma permitindo uma estruturação das informações recolhidas e facilitando a formulação de conclusões.

3.6. Questionário de Auscultação – Juventude

O *Questionário de Auscultação – Juventude* (Anexo A), constituiu uma das principais fontes de dados secundários, desta dissertação, tratando-se de um instrumento de auscultação jovem, promovido pelo Conselho Municipal da Juventude da Lourinhã, em articulação com a Divisão de Cultura e Cidadania, onde se insere a Divisão da Juventude (ver Organograma em Anexo D), com o objetivo de recolher perceções, interesses e necessidades das pessoas jovens do concelho em diferentes áreas da atuação municipal, nomeadamente cultura, educação, saúde, desporto, cidadania.

Este questionário foi aplicado presencialmente em formato papel, entre novembro 2024 e março 2025, abrangendo os alunos do 9.º, 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridades nos dois agrupamentos de escolas do concelho da Lourinhã, que contavam com 819 matrículas. Destes 819, responderam um total de 713 pessoas.

O instrumento é composto por questões de natureza fechada e aberta, permitindo a recolha de dados qualitativos e quantitativos, que foram posteriormente disponibilizados num documento de análise detalhada para utilização neste estudo, e numa versão mais sucinta, com os principais resultados, devolvida ao público geral.

Visto que durante o estágio apenas foi possível a colaboração na recolha dos dados junto dos jovens e registo dos mesmos na base de dados online (Google Forms), os resultados deste questionário foram utilizados como dados secundários, que foram importantes para a

elaboração deste trabalho, pois os únicos dados disponíveis que o município tinha em relação aos jovens e sua participação na vida cultural do município, mesmo que o foco do questionário não tenha sido exclusivamente a cultura.

3.7. Limitações

Este desenho metodológico apresentou algumas limitações, como:

- O inquérito, apesar de ser abrangente, não foi concebido nem analisado pela autora da dissertação, o que acabou por limitar a autonomia sobre essa fonte;
- O estágio, embora tenha constituído uma experiência enriquecedora no plano de vista de recolha de dados, colocou a investigadora numa posição de participante-observadora, o que implica riscos de enviesamento.

Ainda assim, os métodos utilizados permitiram e garantiram uma visão abrangente e consistente para a concretização deste estudo.

CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE NO CONCELHO DA LOURINHÃ

4.1. Caracterização sociodemográfica do Município da Lourinhã

O município da Lourinhã, tem uma área de 146 km², pertence ao distrito de Lisboa, integrando a NUTS⁴ III Oeste e a NUTS II Oeste e Vale do Tejo (INE, 2023). Este é limitado a sul pelo conselho de Torres Vedras, a este pelos concelhos de Cadaval e Bombarral, a norte pelos concelhos de Peniche e Óbidos e a oeste pelo Oceano Atlântico, situando-se a 63 km a norte de Lisboa, capital do país (CML, s.d.)



Figura 2. Localização geográfica do concelho da Lourinhã em Portugal



Fonte: INE, 2024

Figura 1. Enquadramento territorial do concelho da Lourinhã na Região Oeste (NUTS III)

Administrativamente, o concelho encontra-se dividido em oito freguesias: União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia; União de Freguesias de Miragaia e Marteleira; União de Freguesias de S. Bartolomeu dos Galegos e Moledo; Freguesia de Moita dos Ferreiros; Junta

⁴ NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) – constituem uma divisão territorial utilizada na União Europeia com o objetivo de harmonizar a recolha, desenvolvimento e divulgação de estatísticas regionais, bem como de orientar políticas regionais. (INE, 2019)

de Freguesia de Reguengo Grande; Junta de Freguesia de Ribamar; Junta de Freguesia de Santa Bárbara; Junta de Freguesia do Vimeiro. (CML, s.d.)

Segundo os Censos 2021⁵, a população residente era de 26.240 habitantes, o que constitui um aumento relativamente aos dados do Censo 2011⁶, em que a população era de 24.532 (INE, 2012, 2022). Mais recentemente, as Estimativas Anuais da População Residente, indicam que, em 2023, o concelho tinha 28.383 habitantes, com uma densidade populacional de 192,9 habitantes por km² (INE, 2024) e em 2024 28.978 (PORDATA, s.d.).

A estrutura etária apresenta um envelhecimento demográfico: em 2023, residiam no concelho 3.793 jovens com menos de 15 anos e 7.073 idosos com 65 anos ou mais, o que resulta num índice de envelhecimento de 186,5⁷, tendência que se verifica a nível nacional (INE, 2024).

A taxa de crescimento efetivo anual foi de 2,5%, o que se deu ao facto de existir uma taxa migratória positiva, apesar de em termos de dinâmica populacional, a taxa de crescimento natural, em 2023, ser negativa, registando-se 221 nados vivos e 339 óbitos (INE, 2024). Também o número de habitantes tem sido reforçado com o aumento de residentes estrangeiros, que segundo o Censo 2021 estava em 1.386 (INE, 2022).

Em 2023, a taxa bruta de escolarização no ensino secundários foi de 90,2%, e a taxa de transição/conclusão no secundário atingiu os 86,7% (INE, 2024). A Taxa de retenção e desistência no ensino básico situou-se em 6,6%, ligeiramente acima da média nacional (INE, 2024). No que diz respeito ao ensino superior, apenas 14,82% da população possuía um curso superior, segundo os dados do Censo 2021 (INE, 2022).

Do ponto de vista socioeconómico, o concelho mantém como principais setores de atividade a agricultura (cerca de 80% da área é agrícola), e pesca, aproveitando os 12km de orla costeira (CML, s.d.); o turismo, em particular ligado à paleontologia, ao património histórico e ao turismo balnear. Em 2023, o rendimento bruto declarado por agregado fiscal foi de 288,4 milhões de euros, com 14,728 agregados fiscais registados (INE, 2024). O coeficiente de Gini⁸ situou-se em 39,2%, representando um agravamento relativamente ao ano 2021, que estava nos 39,1% (INE, 2023, 2024).

⁵ Instituto Nacional da Estatística, 2021 <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>

⁶ Instituto Nacional da Estatística, 2011 https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicadores&pcensospagenumber=1

⁷ Existem cerca de 187 idosos por cada 100 jovens no concelho da Lourinhã.

⁸ Coeficiente de desigualdade na distribuição do rendimento, variando entre 0 (igualdade total) a 100 (desigualdade total) (INE, 2025).

4.2. Caracterização das práticas culturais do concelho

4.2.1 Indicadores da Cultura – Despesas com Cultura

No que toca à área da cultura no concelho da Lourinhã, destaca-se um indicador: a despesa do município. Até à data da escrita desta dissertação não existiam outros dados disponíveis.

A análise da despesa municipal com a cultura, foi essencial para compreender o grau de prioridade que o Município da Lourinhã atribui a este setor no contexto das suas políticas públicas locais.

De acordo com os Relatórios de Gestão entre 2020-2024, verificou-se que o investimento cultural tem-se mantido relativamente estável, com um crescimento progressivo no que toca ao valor absoluto do investimento, embora continue a representar um peso percentual bastante reduzido no contexto do orçamento total do município.

Entre 2020 e 2024, a despesa executada com a cultura teve um crescimento de cerca de 68%, num espaço de cinco anos, passando de 267 mil euros para 448 mil euros. No que toca ao orçamento total executado, nos mesmos cinco anos, também se verificou uma evolução e 25,2 milhões para 35,4 milhões de euros, correspondente a um aumento de 40% (Quadro 1). Conclui-se então, que a proporção da cultura no total da despesa executada oscilou entre 1,06% em 2020 e 1,27% em 2024, o que revela uma ligeira tendência para o reforço, embora a cultura continue a representar menos de 2% da despesa municipal global. Para o ano 2025 determinou-se, no Orçamento inicial, um montante de 560.509€ para o setor da cultura (CML, 2020; 2024).

Quadro 1. Despesa do município da Lourinhã (2020-2024)

Ano	Despesa Total Executada (€)	Despesa Executada com Cultura (€)	Cultura/Total (%)
2020	25 253 677,00	267 221,99	1,06
2021	28 897 495,94	309 588,74	1,07
2022	29 922 247,74	350 396,32	1,17
2023	33 924 293,38	421 167,10	1,24
2024	35 444 293,48	448 577,90	1,27

Fonte: Relatórios de Gestão 2020-2024, CML

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), em 2023 a Lourinhã apresentou uma despesa em atividades culturais e criativas de 1.115 milhões de euros, o que corresponde a 39,3€ por habitante, colocando o município abaixo da média nacional, que representa 64,4€ por habitante e abaixo da média regional do Oeste, 46,8€, mostrando-se numa posição intermédia entre os concelhos da região (Quadro 2).

Quadro 2. Municípios da região Oeste por despesas culturais (2024)

Município	Despesa Total (milhares €)	Despesa por Habitante (€)
Óbidos	180	13,5
Bombarral	226	16,1
Peniche	685	24,9
Cadaval	542	37,5
Lourinhã	1 115	39,3
Torres Vedras	3 560	40,4
Alenquer	2 022	41,9
Arruda dos Vinhos	645	42,5
Caldas da Rainha	2 603	48,1
Alcobaça	3 328	58,0
Sobral de Monte Agraço	1 319	111,0
Nazaré	1 951	124,3

Fonte: INE, 2024

O município da Lourinhã, portanto, demonstra um compromisso estável com o setor cultural, que se reflete num aumento gradual dos orçamentos para este setor. Apesar desse aumento, continua a ter um peso reduzido no conjunto da despesa municipal, que demonstra a cultura ainda não ter um papel central na estratégia do desenvolvimento local.

4.2.2. Mapeamento dos equipamentos culturais

O concelho da Lourinhã apresenta um conjunto diversificado de equipamentos culturais, de natureza pública, associativa e privada, que contribuem para a dinamização cultural, educativa e turística do território.

Estes equipamentos estão organizados em quatro categorias: i) equipamentos sob gestão direta da Câmara Municipal e seu Departamento de Cultura; ii) equipamentos geridos pela CML, mas não diretamente pelo Departamento de Cultura; iii) equipamentos apoiados pela autarquia; e iv) equipamentos independentes, localizados no concelho, mas sem vínculo direto à CML.

i) Equipamentos diretamente administrados pelas CML:

- Biblioteca Municipal da Lourinhã

Teve a sua origem no século XX, no seguimento da parceria entre a Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara Municipal da Lourinhã. Foi inaugurada a 2 de junho de 1965, com a designação *Biblioteca Fixa n.º 92 da FCG*. A gestão da rede de bibliotecas fixas e itinerantes da FDG terminou em 2002, passando a gestão, aquisição e tratamento técnico do acervo para os municípios e para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Atualmente, encontra-se integrada no organograma da CML (ver anexo D), sob a tutela da Divisão de Cultura e Cidadania.

A Biblioteca Municipal da Lourinhã constitui um “serviço público municipal” (CML, s.d.) destinado não só à população residente no concelho, como aos seus visitantes. Este espaço reúne livros, jornais, publicações periódicas, material audiovisual e outros suportes, com o intuito de satisfazer as necessidades de informação, formação e lazer dos cidadãos, cobrindo diversas áreas de conhecimento. A criação das atuais instalações foi possível graças a um projeto cofinanciado pelo QREN⁹, no âmbito do Programa Mais Centro, com apoio da União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Para além da sua sede, existe uma oferta complementar sazonal, conhecida como biblioteca de praia, que funcionam durante os meses de verão. Atualmente existem dois polos: A Biblioteca de Praia da Areia Branca, que já funciona regularmente, com uma programação própria, dirigida a diversos públicos; durante o verão 2025 foi inaugurada a nova Biblioteca de Praia de Porto Dinheiro. (CML, s.d.)

- Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira

⁹ Quadro de Referência Estratégico Nacional

O Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira é uma infraestrutura municipal com diversas valências culturais. Entre 1991 e 2013 acolheu a Biblioteca Municipal da Lourinhã e, atualmente, alberga o Departamento de Cultura e Cidadania, bem como a Galeria Municipal da Lourinhã. O edifício integra ainda o Auditório Dr. Afonso Rodrigues Pereira, espaço polivalente utilizado para cinema, teatro, conferências e outras atividades culturais, assumindo um papel central na programação cultural do concelho. (CML, s.d.)

- Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro

É um equipamento cultural e museológico sob gestão da CML, que tem o objetivo de preservar e divulgar a memória histórica da Batalha do Vimeiro (1808). Este está localizado no campo da própria batalha e está integrado no Centro de Interpretação e o Monumento Comemorativo, promovendo a valorização histórica e educativa do património militar local. (CIBV, s.d.)

- Espaço Museológico “Olhar o Mar”

Espaço museológico municipal, inaugurado em 2020 pela CML, localizado em Ribamar, num antigo Estaleiro Naval da família Maçarico, posterior escola primária mista. Representa uma homenagem à comunidade piscatória da Lourinhã e à identidade marítima do concelho, combinando exposições históricas e atividades educativas.

ii) Equipamentos geridos pela CML, mas fora da alçada direta da Cultura

- Parques e espaços públicos

Para além dos equipamentos diretamente ligados à cultura é recorrente a utilização de diversos espaços públicos ao ar livre para a realização de atividades culturais, como parques naturais, palcos exteriores existentes, largos, entre outros. Destacam-se, por exemplo, o Palco Foz, que acolhe iniciativas da Agenda Cultural Municipal, principalmente durante o verão.

iii) Equipamentos apoiados pela CML

- Museu da Lourinhã

Criado em 1984 e tutelado pelo Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã é uma instituição de referência nacional e internacional. O seu acervo organiza-se em três áreas principais: Etnografia, Arqueologia e Paleontologia. Desenvolve um trabalho de destaque no que toca a investigação, preservação e divulgação do património paleontológico e cultural da região e na afirmação da Lourinhã como território de referência internacional no domínio da paleontologia. (Museu da Lourinhã, s.d.)

- Associações culturais e recreativas

A vida cultural da Lourinhã é amplamente dinamizada por associações culturais e recreativas, local onde são recebidas, nas diversas freguesias, regularmente programações variadas, com o apoio da CML e não só, garantindo dessa forma uma descentralização da oferta cultural.

iv) Equipamentos independentes

- Dino Parque da Lourinhã

Inaugurado em 2018, é o maior museu ao ar livre de Portugal e um dos maiores da Europa dedicados à paleontologia e à divulgação científica. Para além da vertente expositiva o parque integra também um pavilhão central, um laboratório de preparação de fósseis, áreas de investigação científica e atividades pedagógicas. Em cooperação com o Museu da Lourinhã, sendo um equipamento privado, o parque tornou-se num equipamento cultural e turístico de relevância nacional e internacional (Dino Parque, s.d.)

- Património religioso e arquitetónico

Entre o vasto número, destacam-se: a Igreja de Santa Maria do Castelo, classificada como Monumento Nacional, a Capela de Nossa Senhora dos Anjos e o Forte de Paimogo. Repetidamente estes locais são palco de diversas práticas culturais, festividades, entre outras atividades culturais.

- Entre os equipamentos independentes destaca-se ainda o Espaço Museológico da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã (inaugurado em 2024), que valoriza o património religioso e histórico local (CML, s.d.; Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã, s.d.).

4.2.3. Agentes Culturais

Os agentes culturais da Lourinhã podem ser agrupados em quatro categorias principais: públicos; associativos; privados; e independentes, que em conjunto sustentam o ecossistema cultural local.

Os agentes públicos, são representados pela Câmara Municipal da Lourinhã e pelas Juntas de Freguesia, que desempenham um papel central na gestão e promoção cultural, pois são responsáveis pela definição e implementação de políticas públicas locais; pela programação nos diversos equipamentos culturais municipais; tal como pelo financiamento de projetos e atividades culturais. A sua ação é operacionalizada sobretudo através da Divisão de Cultura e Cidadania, que coordena a execução das políticas públicas culturais determinadas pelo

executivo, assegurando até em algumas ocasiões o apoio técnico e financeiro às iniciativas promovidas por entidades locais.

Os agentes associativos representam também um papel importante no que toca à dinamização da oferta cultural no concelho. O GEAL¹⁰, entidade que gere o Museu da Lourinhã; as três bandas filarmónicas do concelho: Banda da Associação Musical da Atalaia, Banda da Associação Musical e Artística Lourinhanense e Banda Filarmónica da Sociedade Lírica Moitense, que, para além da atividade performativa, têm uma função educativa relevante, através das respetivas escolas de música com formação especializada; os grupos corais, como o Coro Municipal da Lourinhã e o Coro Juvenil; e os ranchos folclóricos: Rancho Folclórico “Os Pescadores de Ribamar”, Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal” e o Rancho Folclórico “O Clibotas” (CML, s.d.).

A estes juntam-se as diversas associações culturais e recreativas, que oferecem diversas atividades participativas culturais, como o teatro, dança e outras expressões artísticas, representado, dessa forma, um papel fundamental e essencial na preservação das tradições culturais locais, na formação cultural das comunidades e na descentralização da vida cultural pelas freguesias do concelho.

Entre os agentes privados, destacam-se estruturas de carácter empresarial ou institucional, que contribuem para a oferta cultural e turística do concelho, como o Dino Parque da Lourinhã, o maior museu ao ar livre de Portugal dedicado à paleontologia, e o Espaço Museológico de Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, inaugurado em 2024, que valoriza o património religioso e histórico local. Também se incluem neste grupo as escolas privadas de música e dança, e outras entidades eu embora com fins lucrativos, mantêm uma função social e educativa relevante no panorama cultural local.

Os agentes independentes, que incluem artistas, criadores, coletivos e informais e produtores culturais, contribuem para a diversidade e inovação na vida cultural do município, pois o seu trabalho contínuo resulta em exposições, oficinas, performances e projetos de criação artística, que muitas das vezes são realizados em parcerias com o município e com as associações locais.

A interação constante entre as diferentes entidades do concelho permite a predominância de um modelo de cooperação cultural, onde o papel do poder local é impulsionar.

¹⁰ Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã

4.2.4. Políticas Culturais Municipais

Políticas Culturais Municipais

É no Orçamento, Grandes Opções do Plano (GOP) e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que surge o desenho das políticas culturais municipais, expressas através dos programas, projetos e rubricas associadas à “Cultura”, onde se materializam as orientações, metas e prioridades de ação pública para o setor. A leitura destes documentos permite compreender a forma como o município estrutura a sua intervenção cultural, onde existe uma articulação entre valorização patrimonial, a programação artística, a mediação de públicos e o incentivo à participação juvenil, que traduz a evolução no campo das políticas culturais para modelos mais participativos e transversais, conforme referido por Bonet e Négrier (2018), onde a cultura assume um espaço de cidadania e coesão social, e não apenas um domínio estético e de consumo.

A ação municipal organiza-se, portanto, em torno de quatro eixos estratégicos: Pessoas, Desenvolvimento, Competitividade e Sustentabilidade, sendo que a cultura aparece enquadrada no eixo do Desenvolvimento, onde esta contribui para uma maior atratividade do município e para uma melhor qualidade de vida. No texto das Grandes Opções do Plano lê-se:

“reconhecemos o papel da cultura e do património enquanto fatores de atratividade e de promoção de qualidade de vida no concelho. [...] Promoveremos a organização de eventos âncora, como a Expolourinhã, o Festival Livros a Oeste, as comemorações do Feriado Municipal, a Recriação Histórica da Batalha do Vimeiro, o Festival Sons na Areia, bem como o Lourinhã Natal, assumindo uma programação eclética, abrangendo vários públicos, numa aposta clara de atratividade do território.” (CML, GOP 2025, p.3)

Em coerência com esta visão e objetivos, o orçamento municipal para 2025 define um conjunto diversificado de rubricas que são os principais vetores de intervenção cultural. Estes são distribuídos da seguinte forma (Quadro 3):

Quadro 3. Distribuição orçamental por rubrica cultural do município da Lourinhã (2025)

Rubrica	Orçamento (€)
Feriado Municipal	101 500
Coro Municipal	35 500
Protocolo com AMEC	15 500
Programação Cultural	89 500
Livros a Oeste	48 000
Biblioteca Municipal	48 500
Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro	74 500
Galeria Municipal	8 000
Sons na Areia	45 000
Cinema	18 000
Grupo Teatro Infantojuvenil	8 000
Espaço Museológico de Ribamar “Olhar o Mar”	6 000
Festival de Banda Desenhada	14 000
Projeto Escola da Lama	11 500
Ciclo e Curtas do Surf	17 500
Projetos no Âmbito da Juventude	19 500
Aquisição de bens	Não especificado
Equipamentos	Não especificado
Mobiliário	Não especificado
Requalificação dos Equipamentos do Museu da Lourinhã	Não especificado
Requalificação do Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira	Não especificado
Centro Interpretativo da Aguardente DOC Lourinhã	Não especificado

Fonte: PPI, s.d., p. 16-19

Neste quadro, observa-se a distribuição orçamental entre programação regular, património (a requalificação do Forte de Paimogo e a reabilitação da Igreja do Castelo surgem na secção “Ordenamento do Território” pág. 5 do PPI), infraestruturas e juventude. Enquanto na vertente corrente incluem-se a Programação Cultural 2025, o Festival de Livros a Oeste, a programação

da Galeria Municipal, o Cinema, bem como outras rubricas relacionadas com a logística, aquisição de bens e serviços, deslocações, entre outras; em paralelo, o PPI concentra planos como a requalificação do Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira e do Museu da Lourinhã, a consolidação do Espaço “Olhar o Mar” e a implementação do Centro Interpretativo da Aguardente DOC Lourinhã, projetos que aliam a preservação patrimonial com a criação de novos equipamentos culturais.

Muitas das atividades previstas para o ano 2025 dão continuidade a iniciativas de anos anteriores, como é o caso do Festival Livros a Oeste, os Sons na Areia, a Recriação da Batalha do Vimeiro, o Festival de Banda Desenhada, entre outras iniciativas; o que contribui para a consolidação de uma identidade cultural local. Por outro lado, observa-se uma abertura crescente a novas linguagens e formatos, como é o caso do Parque Eletrónico, que introduzem uma dimensão contemporânea da cultura, ou o caso do Hip Hop Day iniciativa que foi descontinuada, mas que foi desenvolvida em anos anteriores (CML, s.d.). O Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro e o Feriado Municipal são um marco da afirmação e preservação histórica, enquanto a Galeria Municipal e a Biblioteca prosseguem com uma programação regular de exposições, oficinas, encontros, para diversos públicos, desde os mais novos até aos mais velhos, consolidando assim a dimensão educativa e formativa da política cultural do município (CML, 2025).

Uma análise geral destas rubricas permite a identificação de um modelo de intervenção caracterizado por dois polos que se complementam: de um lado temos uma oferta de curto prazo, que se centra na oferta regular de atividades, na animação cultural, na visibilidade do território e na educação e formação; do outro lado temos uma intervenção a longo prazo, que está orientada para a qualificação dos equipamentos e o reforço das infraestruturas culturais; o que demonstra a intenção, por parte do município, de equilibrar a produção e sustentabilidade dos equipamentos culturais (CML, 2025).

No plano programático, as Agendas Culturais Municipais permitem observar a continuidade e consolidação das linhas de ação, onde é visível a diversidade de formatos; a tentativa de dispersão territorial; as diferentes escalas de atuação, desde os grandes eventos a atividades locais; linhas estas que se incluem numa perspetiva de políticas de democratização cultural. Na linha da democracia cultural, ofertas culturais participativas (da perspetiva de criação) como por exemplo a Escola da Lama, iniciativa de teatro para jovens; atividades integradas no Festival Livros a Oeste ou Festival de Curta de Surf, com outras atividades que colocam os públicos na perspetiva dos criadores (CML, 2025).

Destacam-se na Programação Municipal 2025 as seguintes iniciativas:

- *Livros a Oeste | Festival do Leitor* – Festival Literário que se tem vindo a realizar desde 2012, de entrada e participação gratuita, que tem o seu foco no livro e na leitura, assumindo-se gradualmente como um dos pilares da programação cultural municipal (CML, s.d.). Desde a primeira edição até ao ano 2023 (com exceção do ano 2020, ano em que a regularidade foi interrompida devido à Pandemia de COVID-19) o festival manteve o título “Livros a Oeste”. Já em 2024 o festival adotou a designação “Festival do Leitor”, “transferindo o enfoque do “literário” para o “leitor”, aquele que capta e interpreta” (CML, 2024), desta forma ampliando a atenção ao público leitor, abrangendo assim todas as faixas etárias, mesmo que o foco até então tenha sido e continue a ser o público em idade escolar (CML, 2024). Manteve uma programação na qual se potenciaram sessões com autores, oficinas, exposições, momentos performativos e uma feira do livro, com uma ligação ao território local, através de iniciativas promovidas em via pública, ou inclusão do Clube + “sublinhando que a participação na vida cultural e artística local não tem, nem poderia ter, quaisquer limites etários” (CML, 2025). Por exemplo, na edição de 2024, o festival dedicou-se à Liberdade, onde as atividades que para “além das habituais conversas com autores e sessões de apresentação de livros destinadas a vários ciclos de ensino” (Jornal Alvorada, 2024), passaram a abranger na sua estrutura “oficinas, momentos interativos e eventos multidisciplinares com diferentes linguagens artísticas” (Jornal Alvorada, 2024), como por exemplo o teatro e o cinema (CML, s.d.); estas atividades aconteceram principalmente na sede do concelho, com poucos momentos descentralizados. Já a edição de 2025, a partir do tema “A História é uma Encruzilhada”, continuou na mesma lógica multidisciplinar com performances musicais; teatro de sombras e objetos; sessões de poesia; conversas; oficinas; feira do livro, da responsabilidade da Associação Juvenil de Peniche; e exposições. Todas as atividades da última edição foram realizadas na vila da Lourinhã (CML, 2025).

- *Sons na Areia* – Festival de música ao ar livre que é uma das componentes em destaque durante a Programação de Verão do concelho, realizada em parceria com a União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, que se realiza no mês de agosto na Praia da Areia Branca, no Palco Foz. Festival aberto ao público, que tem por objetivo dar palco a artistas emergentes. Este festival teve em 2025 a sua 6ª edição e pode contar, entre outros, com o apoio da Antena 3 e da rádio RCL, confirmando desta forma o alcance do evento. A localização do festival valoriza uma das principais identidades do concelho, a zona costeira (CML, s.d.).

- *Festival de Curtas de Surf* – Iniciativa cultural relativamente recente no panorama municipal, sendo esta uma interseção entre cinema, arte e cultura de praia, especificamente o surf, que está “enraizado na diversidade cultural do oeste de Portugal” (CML, s.d.). A sua

realização é principalmente no Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira, que contou com a 2ª edição no ano 2025, que do contexto dos 3 “Ciclos de Surf – Um Olhar”; que posteriormente evoluiu na 1ª edição “A mostra de Curtas de Surf” em 2023, que sofre mais uma evolução em 2024, ganhando o nome atual “Festival de Curtas de Surf” (CML, s.d.). Este festival é uma parceria entre o município e o Praia Surf Clube, que pretende a cooperação entre os diversos recursos existentes no concelho, de forma a promover a participação (CML, 2025). A programação “junta curtas-metragens”, nacionais e internacionais que competem, “arte, conversas, oficinas e performances, num ambiente descontraído e aberto à comunidade” (CML, 2025).

- *LouriBD – Festival de Banda Desenhada* – Evento cultural municipal dedicado à banda desenhada, que conta com 3 edições, a última no ano 2025, decorrendo o mesmo em diversos espaços da vila da Lourinhã, como a Casa Nobre (Espaço privado, cedido temporariamente à CML), a Biblioteca Municipal e o Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira. Inclui oficinas de banda desenhada para diferentes faixas etárias, sessões de autógrafos e conversas com autores convidados, exposições de pranchas originais, mercado da BD, exposições e performances artísticas. O LouriBD é promovido pela Câmara Municipal da Lourinhã em parceria com a Editora Escorpião Azul, com o apoio da Antena 1, gratuito na totalidade, incentivando desta forma a participação da comunidade (Cleto & Pina, 2025).

- *Residências Artísticas* – Iniciativa que o município lança em 2025, a partir da Agenda Cultural, tendo como principal objetivo aproximar as artes do território, promover o diálogo entre criação contemporânea e identidade local e envolver as comunidades em processos participativos de arte, numa lógica de democracia cultural (CML, 2025; Ferreira, 2025). A ação decorreu entre janeiro e fevereiro, em diferentes localidades do concelho: Lourinhã, Moledo e Miragaia, e envolveu quatro projetos artísticos distintos, desenvolvidas por artistas nacionais convidados. Na vila da Lourinhã, o artista Paulo J. Mendes dedicou-se ao *urban sketching*, captando cenas da vida urbana cotidiana e incentivou oficinas e conversas com a comunidade, em contexto de oficina e informal; no Moledo, o projeto “Uma Casa para Inês”, coordenado por Ticiano Rottenstein, buscou reinterpretar a memória local por meio de uma “casa-poema” construída com materiais doados pela população; em Miragaia, André Neves, liderou uma oficina que envolveu mulheres seniores do Clube + de Ribeira de Palheiros, com uma apresentação interativa com os jovens da Escola Básica de Miragaia, promovendo “conexão entre diferentes gerações” (Ferreira, 2025), cruzando a narrativa assente no diálogo e da partilha, arte e expressão pessoal, combinando música, performance e artes visuais; novamente na sede do concelho, uma colaboração do coletivo Sombronautas, Teatro Inefável e o músico

local Simão Cardoso, desenvolveu-se um teatro de sombras e música na Biblioteca Municipal, que contou com diversas sessões de apresentação para os variados públicos (Ferreira, 2025).

Durante o ano 2025, outras iniciativas fizeram parte da Agenda Cultural municipal, que contribuíram para a diversificação da oferta e para a consolidação de uma programação regular e inclusiva. No domínio do cinema realizaram-se 19 sessões no Auditório Dr. Afonso Rodrigues Pereira, com propostas destinadas a variados públicos, desde o cinema de animação infantil, até às longas-metragens. Foram palco da Galeria Municipal, da Biblioteca Municipal e do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, exposições temporárias, que abrangeram, por exemplo, a fotografia, a pintura contemporânea, a valorização do património histórico e arqueológico, entre outros. Na área da literatura, as rubricas “Promoção do Livro e da Leitura” e “Poesia e Performance” mantiveram uma periodicidade mensal, com sessões de leitura, horas de conto e oficinas interativas, dirigidas a públicos infantis e escolares. A oferta musical contou com numerosos concertos de estilos e locais diversos, como o Festival Internacional “Acordeão em Espetáculo”; os Ciclos de Concertos Comentados, uma colaboração com a Metropolitana¹¹; atuações com o regresso do Projeto Sons na Vila em parceria com a Antena 3, que este ano adotou o formato pago, com acesso a um passe geral, ou bilhetes individuais para os três concertos; outros concertos independentes também fizeram parte da programação. No teatro, realizaram-se quatro apresentações, uma delas protagonizadas pelas Oficinas de Teatro da Lourinhã, que envolveram dois grupos, dos 6 aos 9 anos e outro dos 10 aos 14 anos. A programação incluiu ainda uma apresentação de dança contemporânea, uma sessão de comédia, o Festival CINANIMA, e diversas atividades de valorização histórica e patrimonial, como a Recriação Histórica da Batalha do Vimeiro e a exposição “Explorando e Preservando a Orla Costeira de Ribamar”. Por fim, foram promovidos workshops e oficinas temáticas, importantes para a aproximação e dinamização da comunidade local, reforçando a vertente formativa e participativa das políticas culturais do município (CML, 2025).

4.3. Análise das Entrevistas

A realização das entrevistas semiestruturadas, tal como referido na metodologia, teve o principal objetivo de recolher, analisar e compreender as perceções, práticas e desafios

¹¹ Protocolo assinado entre CML e AMEC – Metropolitana, que contempla um conjunto de concertos no município da Lourinhã, da Orquestra Metropolitana de Lisboa (OML) e a Orquestra Académica Metropolitana (OAM), que no ano 2025, aparece no orçamento com uma despesa de 15.500€. Esta iniciativa tem por base uma lógica e iniciativa de descentralização da oferta cultural, não apenas na vila da Lourinhã, mas nas diversas freguesias do concelho.

identificados pelos profissionais das áreas da Cultura, Juventude, Comunicação e Executivo da Câmara Municipal da Lourinhã, relativamente à participação dos jovens na programação cultural municipal, podendo posteriormente existir um cruzamento com outros dados recolhidos durante a investigação, para conclusões mais adequadas ao contexto do município da Lourinhã. Foram escolhidos três entrevistados, designados por E1, E2 e E3, que permitiram traçar a forma como as políticas culturais locais se aplicam no panorama municipal, desde o seu desenho, execução e avaliação.

A escolha de uma amostra de entrevistados curta foi intencional, pois não visa a generalização das práticas e perspetivas de todos os agentes culturais e técnicos do município, mas sim compreender as vivências, perceções de três profissionais diretamente envolvidos na conceção e implementação das políticas culturais, em diferentes posições do organograma municipal, de forma a identificar padrões de discurso, visões e de práticas que contribuam para o estudo da participação juvenil na programação, que diz-se reduzida, no âmbito das políticas culturais locais jovens do Município da Lourinhã.

O discurso do E1, que pertence à Divisão de Cultura e Cidadania, reflete um conhecimento da realidade interna do município e detém de uma perceção crítica sobre o modo como a cultura é pensada, gerida e implementada localmente e como estas linhas se cruzam, ou não, com a juventude. Este entrevistado considera que a programação cultural deve ser criada e construída com os jovens, reforçando ser “importante os jovens entrarem em todas as fases” do processo desde, e principalmente, a auscultação até à execução das atividades. Para E1, a participação dos jovens tem de seguir uma lógica de processo partilhado e informado, para não “desfraldar expectativas”, que é o pior que se pode fazer num processo participativo”, observando que é importante e necessário explicar aos participantes os limites técnicos e orçamentais existentes na realidade municipal, para que a colaboração se transforme em efeitos reais e não fique apenas pelo simbolismo, visão que também foi mencionada por E2 na sua entrevista, e que pode ser colmatada através da educação não formal e do envolvimento dos jovens não apenas no processo de mencionar os artistas desejados para a programação, mas também, por exemplo, na redação de email para verificação de cachês, adicionando ainda que o orçamento da cultura é para todo o público municipal, o que necessita de uma gestão adequada ao contexto.

Os entrevistados E1 e E2 sublinham que é importante que o município disponha de instrumentos que permitam recolher, tratar e devolver informação de forma clara, para que se notem evoluções positivas na participação, referindo o decorrer do “Questionário às pessoas jovens do concelho da Lourinhã” desenvolvido pelo Conselho Municipal da Juventude e pelo Município, mas salientando que “mesmo que o inquérito não seja uma forma de participação,

serve como primeiro passo”, desta forma destacando a importância de auscultar antes de agir. Tanto E1 como E2 apontam que o levantamento de dados, sua análise e posterior, são um fator importante para uma adequação das políticas públicas jovens, pois são esses dados que vão criar um elo de cooperação entre o técnico e o executivo do município:

“Eu acredito que depois dessa análise, que vamos fazer, [...] apresentado ao executivo, [...] trabalheemos [...] no sentido daquilo [...] (que) são as soluções, e trabalharmos de facto a partir dos indicadores que os próprios pessoas jovens nos vão dar” (E2).

E1, acrescenta ainda que a entrega destes resultados ao público é importante:

“auscultar [...], fazer isso um ano antes, [...]também tem de estar divulgado, porque as pessoas que se estão a candidatar ao lugar do executivo da Câmara Municipal têm de ter conhecimento de que esse trabalho foi feito. (Assim), os partidos que se estão a candidatar, se tiverem esta preocupação em ter alguns projetos para a área da Juventude podem pegar nisso e transformar isso no seu programa eleitoral. Isso seria o ideal porque ficava comprometido politicamente.”

Do seu ponto de vista, o E1 considera que para que os jovens transitem de meros recetores para agentes ativos na programação cultural é necessário tempo e planeamento, sendo necessário “ouvir com consciência”, estabelecendo balizas orçamentais e explicando as limitações existentes, de modo a garantir uma transparência e corresponsabilidade, sendo este um processo que deve ser progressivo, visto que é um “*work in progress*”, pois a “sociedade é volátil” e o grupo a auscultar hoje não será o mesmo daqui a 2 anos. Na visão de E3, é importante o momento de auscultação e a implementação das medidas consistentes, mas que para isso, tal como referem os outros entrevistados, tem de existir uma visão orientada para a juventude, por parte do executivo e dos dirigentes dos serviços, aliando esta vontade ao restantes recursos existentes no concelho e respetiva CM e o orçamento previsto, concluindo que é possível uma mudança num espaço temporal de um mandato (4 anos), em que 1 ano é de auscultação e os próximos 2-3 de criação e implementação de políticas.

Quanto à concretização de um espaço de colaboração jovem físico, E1, diz ser difícil, dadas as condições logísticas e financeiras, mas surge a possibilidade de conceber um espaço físico que “pode ser diluído em várias outras” valências, ou mesmo num espaço virtual, que possa servir como plataforma de partilha e colaboração. Para além disso, aponta a necessidade da existência de um espaço informativo jovem, onde o município compila informação sobre

oportunidades, programas e apoios disponíveis, reforçando novamente a importância de primeiro perceber a “necessidade dos jovens”.

Este entrevistado (E1), tal como E2 e E3, relembram que já existiram previamente experiências de auscultação, que tinham, segundo E3, um objetivo de criar o Plano Municipal da Juventude, sem base informativa consistente, mas que deu origem ao festival *Sons na Areia*, originalmente planeado como *Festival da Juventude*, mas que acabou por resultar num evento mais inclusivo, com o objetivo de integrar públicos diversos, assunto ao qual E2, adicionou que tem observado nos últimos dois anos (2023 e 2024), que os jovens que participam nesta iniciativa começam nas faixa etária dos 20 anos, mostrando preocupação em perceber e solucionar o fosso etário existente nesta dinâmica e também observado noutras momentos da programação.

O discurso de E2, pessoa técnica da área da Juventude, Cultura e Cidadania, complementou o discurso de E1, pois referiu de forma mais direta, alguns dos desafios operacionais que limitam a participação jovem no concelho. Este entrevistado defendeu a criação de um espaço colaborativo juvenil, físico e digital, onde poderia ser possível a partilha de ideias e um acompanhamento de projetos juntamente com a devolução dos respetivos resultados, acrescentando que seria um espaço que funcionaria como um canal de comunicação permanente entre município e jovens.

E2 destacou dois fatores para uma fraca participação jovem na atividade cultural: a mobilidade e a comunicação. Para este entrevistado as dificuldades de comunicação entre câmara municipal e juventude são evidentes:

“se continuarmos da forma como estamos a comunicar, não vamos lá chegar [...] temos de ir de facto ao encontro do que é que estes jovens utilizam ao nível de redes sociais, não podemos estagnar naquilo que temos” (E2).

Este entrevistado destacou, no seu discurso, a importância da autarquia se aproximar dos jovens através das plataformas digitais e a importância de adaptar a linguagem institucional ao quotidiano digital da juventude. No que toca à mobilidade, explica-se que “muitos residem nas aldeias de interior aqui do Concelho e os transportes públicos, por exemplo à noite – não tens”, criando assim “uma condicionante muito grande”, pois é importante perceber “que nem todas as famílias têm carta de condução e que têm um veículo próprio”, mas sugere que durante o decorrer de ofertas culturais específicas a solução possa passar por “promover [...] um autocarro que possa passar nas diferentes terras”.

O discurso de E3, elemento do executivo municipal, também membro do gabinete de comunicação, que pelas suas funções acompanha também a área da Cultura, ofereceu uma perspetiva mais estratégica e política. Define a programação cultural do concelho da Lourinhã como “ecclética, diversificada e tendencialmente gratuita”, procurando um equilíbrio entre propostas tradicionais e contemporâneas, baseando-se numa política que convida as pessoas “à participação e à descoberta”, oferecendo aos munícipes “um bocadinho mais do que aquilo que elas querem ouvir”, que não se baseia num objetivo de “fazer uma grande rentabilidade”, mas sim “mostrar aquilo que são as várias realidades (culturais)”. É mencionada ainda a política de descentralização da programação cultural, exemplificando com as residências artísticas; os diversos concertos resultantes da parceria do Município da Lourinhã e a Orquestra Metropolitana de Lisboa, distribuídos pelas diversas freguesias do concelho. É sublinhada a falta de infraestruturas, e que este fator continua a ser limitador para a programação – “não temos um auditório municipal” –, explicando a necessidade de recorrer ao auditório da AMAL, uma associação local.

No que toca à juventude, reconhece que as principais causas para uma fraca participação dos mesmos nas propostas culturais promovidas pelo município, advêm do desconhecimento e de dificuldades de comunicação, explicando que “uns alegam desconhecimento”, mas que “quem tem interesse, [...] sabe que existe”, o que o leva a questionar se a de facto a comunicação não é adequada, ou simplesmente não existe um interesse. No seguimento deste tema, defende que é necessário perceber “como se pode chegar aos jovens e afirma que o município tem tentado fazê-lo através da programação de bandas emergentes, a programação na Galeria Municipal e das residências artísticas”. No que toca à comunicação, observa que o município tem tentado adaptar-se à realidade num contexto de constante mutação, no que toca à comunicação, mas reconhece ser um trabalho complexo, pois “os técnicos [...] são os mesmos”, sendo por isso necessário investir na formação e capacitação das equipas e que a câmara tem o dever de “estar onde as pessoas estão”, mas que o público é diferente, havendo necessidade de manter a atenção também nos “mais velhos”.

Apontou alguns momentos-chave em que existiu um sucesso notório, como o festival “Sons na Areia”; o festival literário “Livros a Oeste”, que ganhou uma maior adesão do público jovem com a inclusão de artistas como Sam the Kid e Boss AC; e o caso dos espetáculos de *stand-up comedy*, que têm atraído o público jovem, mesmo sem a necessidade de uma campanha publicitária.

Relativamente aos mecanismos de participação, E3 refere o Conselho Municipal da Juventude (CMJ), identificando limitações no seu funcionamento, pois “teoricamente é o órgão

que devia representar a juventude, mas [...] não funciona”, considerando-o muito ligado à representatividade política, sendo pouco prático; o Orçamento Participativo Jovem, que refere ser uma boa iniciativa, mas que não tem o retorno que se perspectivava, porque a escola apresenta um obstáculo para um maior efeito e participação; e a Assembleia Municipal Jovem, pois tem uma representatividade dos jovens, mas apenas até ao 12.º ano, pela dificuldade de rastreabilidade dos jovens após a conclusão do ensino no concelho. No seguimento desta ideia, é referido que para um maior envolvimento dos jovens, o processo deve começar nas escolas, através da formação cívica e política, explicando que o Município anteriormente já organizou visitas às instalações da Câmara, com o objetivo de aproximar o executivo da camada jovem.

Como proposta, E3, tal como E1 e E2, sugere a criação de um espaço virtual de participação e auscultação continua dos jovens, um “Fórum de Jovens da Lourinhã”, que possa incluir os jovens residentes e os estudantes deslocados, mas tal como os outros dois entrevistados, refere que “depois tens de conseguir materializar o plano com ideias concretas com implementação”, referindo as tentativas anteriores, como o caso da tentativa de criação do Plano Municipal da Juventude.

Os três entrevistados revelam uma visão partilhada sobre a importância da escuta ativa e da criação dos mecanismos estruturados de participação juvenil, aliados a uma necessidade e responsabilidade no que toca à devolução dessas necessidades, através de medidas concretas que se adequem à realidade dos jovens do município, sustentado estas medidas com uma comunicação eficaz e adequada e criação de espaço e possibilidades para que os jovens possam participar nas propostas culturais municipais.

4.4. Relação entre a juventude e as políticas culturais na Lourinhã

A análise da relação entre a juventude e as políticas culturais no concelho da Lourinhã tem como objetivo compreender de que forma as estratégias municipais na área da cultura dialogam com as necessidades, perceções e expectativas dos jovens e de que forma elas chegam aos mesmos, ou no caso de não chegarem, quais são as barreiras as limitam. Esta secção reúne os principais resultados do Questionário de Auscultação às Pessoas Jovens do Concelho da Lourinhã (2024/2025), das entrevistas semiestruturadas analisadas no ponto 4.3. desta dissertação académica e da análise dos documentos disponíveis e que me foram disponibilizados, relativos às políticas públicas culturais do concelho, um cruzamento realizado para identificar as tendências e desafios na participação cultural juvenil. É importante referir

que as evidências quantitativas citadas nesta secção, provêm do relatório oficial do Conselho Municipal da Juventude, e a análise que é apresentada é secundária e descritiva.

Durante os anos 2024 e 2025 foi desenvolvido o *Questionário de Auscultação – Juventude*, promovido pelo Conselho Municipal da Juventude, iniciativa que já tinha sido aplicada em 2022/2023 e 2023/2024, que contou com uma fraca adesão por parte dos jovens do município. Estas duas primeiras tentativas de auscultação foram realizadas em formato digital, através da publicação do formulário nas redes sociais e website do município, procedendo à divulgação dos mesmo junto das escolas, através do envio das informações para as mesmas. À época da aplicação dos questionários, o universo era aproximadamente de 800 discentes, isto é, alunos do 9.º, 10.º, 11.º, e 12.º ano, matriculados nas escolas dos dois agrupamentos do concelho, que resultou numa fraca participação de apenas 140 jovens da primeira vez, e na segunda com uma quebra de 44 jovens, estacionando nas 96 respostas.

Dado o contexto, foi decidido alterar a estratégia de aplicação do questionário para uma “metodologia de proximidade” (R.Q., 2025, p. 2), através da inserção dos questionários no contexto escolar, conseguindo através de uma parceria com as escolas do concelho, que cederam um breve momento na hora de Direção de Turma. O questionário foi aplicado em formato em papel, obtendo-se respostas válidas de 713 jovens de um universo de 819 estudantes do 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Esta amostra refere-se então a 87% dos estudantes inscritos no concelho (do 9.º ao 12.º ano de escolaridade), maioritariamente composta por jovens de 16 anos, residentes na União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia (52,9%), com uma ligeira predominância do género feminino.

Os dados apontam que as pessoas jovens acedem à informação municipal através das redes sociais do Município, o Facebook e o Instagram (77,7%), o que sublinha a importância destes canais para a divulgação das iniciativas municipais destinadas aos jovens e como forma de comunicação entre os jovens e a Câmara Municipal; também é importante referir que apenas 2,2% refere a Agenda Cultural Municipal como uma fonte de acesso à informação, o que pode sugerir uma necessidade de repensar a forma como este instrumento tem sido divulgado junto dos munícipes.

No que toca às principais preocupações e áreas de interesse, as respostas apontam a Saúde e bem-estar (58,8%); o Desporto e atividade física (48,5%); Educação e formação (48,5%) e o Emprego e empreendedorismo (46,8%). Estas foram identificadas como áreas de prioridade de intervenção. A secção de Arte, criatividade e cultura aparece em 6º lugar, num total de 8 opções, com 23,8%, demonstrando que os jovens estão preocupados, maioritariamente, com as questões

que de alguma forma se relacionam e cruzam com temas relacionados com a qualidade de vida e criação de oportunidades laborais e de futuro no concelho.

No domínio cultural, as respostas obtidas permitem aferir que a participação dos jovens é reduzida, sendo que 43,3 % dos inquiridos afirma não participar em eventos culturais no concelho. Entre os que respondem participar, esta participação é feita em contexto de festas das aldeias (13,1%), Expo Lourinhã (9,9%), concertos e espetáculos (5%), festividades religiosas (2,5%) e apenas 2,3% nas Festas do Concelho. Evidencia-se, desta forma, que o envolvimento dos jovens com as atividades culturais na Lourinhã, dá-se principalmente em contextos festivos e de lazer, e não tanto às atividades propostas nas Agendas Culturais Municipais, e maioritariamente apenas numa perspetiva de consumidor.

Os locais mais referidos como espaços de fruição cultural são o Auditório da AMAL (50,5%) e o Palco Foz, na Praia Areia Branca (41,5%), demonstrando a importância que os equipamentos culturais têm no contexto municipal, mas ainda assim 30,2% dos jovens afirmam não assistir a espetáculos em nenhum local do concelho, o que reforça novamente que existem barreiras entre os jovens e a oferta cultural, sendo que os principais motivos para a não participação mencionados pelos próprios foram a falta de interesse na oferta existente (43,3%); falta de informação (20,2%); falta de tempo (24,1%); os constrangimentos a nível da mobilidade, relacionados com os transportes públicos (9,5%); fatores que foram sublinhados durante as entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação, apesar de o fator mobilidade representar uma percentagem reduzida.

No que toca aos projetos municipais dedicados à juventude, os mais reconhecidos são as Bolsas de Estudo para o Ensino Superior (51,8%), o Centro de Voluntariado da Lourinhã (43,8%) e o Orçamento Participativo (41,8%), contudo 16% dos jovens inquiridos afirmam não conhecer alguma das iniciativas promovidas pelo município. Pela parte dos jovens, a maioria, 66,7%, deseja que a Câmara Municipal promova mais eventos culturais e musicais dirigidos à juventude, seguindo-se da criação de um espaço juvenil de informação e convívio (54%) e da realização de *workshops* e ações formativas práticas (45,3%), o que demonstra que possivelmente a oferta cultural proposta pelo município não tem sido adequada às necessidades e desejos dos jovens e sublinha a necessidade da criação de um espaço de colaboração jovem no concelho. Através dos campos de resposta livre, também foi possível identificar propostas de atividades específicas, como: teatro, aulas de dança, artesanato, pintura, criação artística, competições de escrita, desenho, demonstrando um interesse pela participação em diversas áreas artísticas, através da aprendizagem, momentos de encontro e expressão criativa.

No campo da participação cívica e associativa, os números revelam um envolvimento reduzido, em que 92,1% indica não pertence a qualquer associação e 32,2% afirmam não conhecer qualquer tipo de espaço juvenil no concelho. Entre os que responderam que conhecem espaços juvenis no concelho, é mencionada a Biblioteca Municipal como um dos locais, surgindo ao lado do Hóquei Clube da Lourinhã, o SkatePark e o Parque Cegonha, o que se traduz numa maior referência de espaços ligados ao desporto e não ao lazer ou cultura. Esta necessidade de criação de um espaço físico ou digital de participação contínua, que seja um canal de diálogo, partilha de ideias e acompanhamento de projetos, foi mencionada também pelos entrevistados, podendo-se reforçar esta necessidade através dos resultados deste inquérito.

De um modo geral, o diagnóstico evidencia que os jovens reconhecem o valor da cultura, pois têm interesse na criação de diversas dinâmicas no âmbito cultural, mas não se sentem representados na oferta existente, existindo uma vontade de participar, mas que necessita uma rede de apoio baseada em certas ferramentas adequadas, como um espaço de expressão e reconhecimento, aliados a uma divulgação adequada e a uma rede de transportes no concelho, principalmente fora da sede do município.

Importa ainda reconhecer que o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de programas, estruturas e iniciativas dirigidos à juventude, que constituem instrumentos de aproximação e envolvimento. Entre estas, destacam-se:

- *Escola da Lama* – projeto promovido pelo Município da Lourinhã, dirigido a jovens entre os 12 e os 20 anos, que utiliza o teatro como ferramenta de desenvolvimento pessoal, emocional e social. Esta iniciativa é dinamizada pela atriz Ana Rosa Abreu e decorre na Associação Musical e Artística Lourinhanense (AMAL), e pretende criar um espaço seguro de aprendizagem e expressão criativa, estimulando competências como a autoconfiança, o diálogo, a empatia e a inclusão. Este projeto – Teatropia – já tinha sido realizado no ano 2023 e foi retomado no ano 2024, consolidando-se como proposta de formação artística e de crescimento individual e coletivo. (CML, 2024)

- *Centro de Voluntariado da Lourinhã* – através do programa de Voluntariado Jovem, dirigido a jovens entre os 14 e os 23 anos, procura-se promover a ocupação útil dos tempos livres durante o período de verão. Estrutura-se em quatro áreas de intervenção: cultural, social, patrimonial e proteção animal, permitindo-lhes “descobrir e melhorar aptidões e competências, trabalhar as *soft skills*, enriquecer o currículo, ser cidadão (ã) ativo(a) e solidário(a), conhecer novas pessoas e ganhar maior consciência das instituições locais”. (CML, s.d.)

- *Verão Ativo* – programa municipal renumerado que oferece aos jovens residentes do concelho da Lourinhã, com idades entre os 16 e 25 anos, a oportunidade de colaborar na organização e apoio a atividades promovidas pelo município, nomeadamente em “projetos de ocupação orientados para temáticas de dinamização turística, cultural, educativa e ambiental”. (CML, s.d.)

- *Academia de Verão* – projeto desenvolvido pela CML, para ocupar o tempo livre dos jovens do concelho entre os 13 e os 17 anos, através de diversas atividades formativas e artísticas, como o exemplo da Teatropia, durante as férias escolares do verão. (CML, s.d.)

Também a CML tem criado mecanismos formais de participação como o Conselho Municipal da Juventude da Lourinhã, composto por “organizações de jovens e outras entidades que desenvolvem principalmente atividades relacionadas com a juventude no concelho” (CML, s.d.); a Assembleia Municipal Jovem, que “procura fomentar o interesse dos jovens pela participação cívica, para uma aproximação destes aos eleitos locais e às políticas municipais, sendo constituída pelos alunos dos 8º e 9º anos, do ensino secundário e profissional, dos dois agrupamentos de escolas do concelho” (CML, 2025); o Orçamento Participativo, em colaboração com as escolas do concelho (Entrevistado 3).

Ainda se ressalva que, à data da conclusão desta dissertação, o Município da Lourinhã atravessa um novo ciclo político, com vitória do Partido Social Democrata nas eleições autárquicas de 2025, que poderá representar uma nova orientação para incorporar os resultados da auscultação juvenil nas futuras orientações estratégicas no que toca à proximidade, participação e transversalidade entre a juventude e cultura.

Em síntese, a relação entre a juventude e as políticas culturais ainda requer atenção e continuidade. Apesar de existirem esforços municipais visíveis, como o incentivo à descentralização da programação cultural, a aposta em eventos maioritariamente gratuitos, o incentivo de momentos dirigidos aos jovens, e à vontade de os auscultar e criar uma resposta às suas necessidades, existem barreiras ligadas à comunicação; à mobilidade; à ausência de espaços próprios no que toca às infraestruturas; à falta de continuidade de iniciativas; à falta de um mecanismo; espaço de auscultação, que possam aumentar a representatividade dos jovens; e por fim um Plano Municipal da Juventude, onde todas estas iniciativas e melhorias desejadas, possam estar identificadas, para uma construção de plano de execução.

CAPÍTULO 5 – RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENIS NO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

O diagnóstico desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores permitiu identificar um conjunto de necessidades estruturais que condicionam a participação das pessoas jovens do concelho da Lourinhã na vida cultural municipal, entendida não apenas como o consumo e fruição de atividades culturais, mas também como o envolvimento ativo na construção, programação e avaliação de projetos culturais promovidos pelo município. Tal como foi demonstrado anteriormente, as associações, coletividades locais, também desempenham um papel importante na vida cultural do município (Silva, 1995, 1997, como citado em Costa, 1997), mas visto que este estudo não contemplou uma auscultação direta destes agentes, esta dimensão participativa deverá ser interpretada de forma condicional, recomendando-se, ainda assim, um trabalho colaborativo entre o município estes agentes, de forma a avaliar em que contextos e condições poderá ser promovida uma participação juvenil mais ativa na vida cultural local. É importante ressaltar que estas recomendações não pretendem oferecer soluções imediatas e fixas, visto que o próprio processo de construção das políticas culturais é um trabalho que necessita de uma análise e atualização constante, baseando-se nas necessidades de cada contexto, pois tal como refere Costa (1997), as políticas culturais estão em constante reconfiguração, sendo estas fortemente influenciadas pelas escolhas políticas nacionais e municipais e pelas transformações sociais, fatores que foram sublinhados também pelos entrevistados durante o processo de recolha dos dados qualitativos.

Assim, estes caminhos serão propostas de fortalecimento de políticas culturais e juvenis mais integradas, sustentáveis e participadas, que visam fortalecer e dar continuidade aos esforços municipais já existentes neste campo. Estas propostas resultam da análise dos dados recolhidos através do *Questionário de Auscultação – Juventude (2024/2025)*, das entrevistas realizadas a técnicos e responsáveis municipais e da leitura crítica dos documentos orientadores das políticas públicas locais, com uma maior atenção às da cultura e juventude, cruzando os dados com os princípios da democracia cultural e da cidadania ativa.

A primeira recomendação diz respeito à necessidade de reforçar a coerência e a continuidade das políticas dirigidas à juventude, pois não existe um documento base que possa servir de orientador e posteriormente analítico das políticas dirigidas a jovens, tornando mais complexo o desenvolvimento de políticas culturais especificamente direcionadas à camada jovem do concelho. Para solucionar esta lacuna, propõe-se a criação de um *Plano Municipal da*

Juventude (PMJ), medida estruturante e amplamente reconhecida nas orientações nacionais para as ações ao nível local, descrita na Declaração de Braga (2012). Este instrumento permitirá a sistematização da “estratégia e [...] orientação [...] (do) município” (Declaração de Braga, 2012, p. 7), nomeadamente no domínio da juventude, com a possibilidade de assegurar uma melhor articulação entre as diferentes dimensões, como educação, cidadania, participação e cultura, sendo este o documento que terá na sua estrutura presentes as políticas culturais especificamente destinadas aos jovens. Tal como demonstram Gama (2021) e Santos (2020), a ausência de planeamento a longo prazo e a descontinuidade das políticas têm sido comprometedoras da eficácia das ações municipais. É recomendado que o PMJ, seja elaborado de forma colaborativa entre jovens, técnicos municipais, escolas e associações locais, procurando encontrar níveis mais elevados de representatividade e de pluralidade. O PMJ é ainda acompanhado de mecanismos de monitorização e avaliação periódica, para que se possa garantir a coerência e transparência na implementação das medidas, como consta no ponto nº. 7 da Declaração de Braga (2012).

Esta proposta reflete as observações de Maravalhas e Neves (2025), que na sua recente análise às políticas culturais em Portugal, concluíram que no atual contexto português coexistem tanto o paradigma da democratização cultural, como a democracia cultural, e que este último tem vindo a incidir principalmente a nível local. Enquadra-se, portanto, esta recomendação no paradigma da democracia cultural, pois promove a participação efetiva dos cidadãos nos processos de decisão (Lopes, 2009; Bonet & Négrier, 2018).

Em paralelo, a análise dos dados recolhidos e analisados durante este trabalho, revelou a ausência de um espaço de encontro, experimentação, informação e criação artística partilhada, que foi por sua vez identificado como uma lacuna pelos próprios jovens inquiridos, como pelos técnicos municipais. No seguimento destes resultados e segundo as próprias orientações da Declaração de Braga no que toca à promoção da participação jovem, poderia ser interessante a criação de um Espaço de Colaboração Jovem, que poderia ser uma resposta a essa necessidade. Tendo em conta as limitações a nível das infraestruturas e orçamentais, numa perspetiva a médio prazo, e também como primeiro passo, seria pertinente a criação de um espaço virtual, de participação, auscultação e partilha de informações relevantes. Um segundo passo seria, em articulação com os diversos departamentos, promover espaços físicos relacionados com as diversas áreas:

- “i) educação; ii) formação e emprego; iii) desporto, lazer, cultura e associativismo; iv) desenvolvimento sustentável, ambiente e habitat; v) inclusão social, cidadania, igualdade de

oportunidades e não discriminação; vi) saúde e sexualidade.” (Declaração de Braga, 2012, p. 8).

Estes espaços, no contexto do município da Lourinhã, tal como mencionado pela E1, poderiam estar assegurados e espalhados pelos diversos equipamentos e infraestruturas municipais. Esta recomendação estará novamente alinhada com os diversos princípios mencionados na Declaração de Braga (2012):

“A participação efetiva dos/as jovens implica também o aproveitamento de espaços de decisão já existentes e a criação de um conselho, fórum ou plataforma, dando-lhes a oportunidade de afirmarem publicamente as suas políticas e práticas e de contribuírem para a solução de problemas com que se confrontam.” (p. 11)

Assim, essa medida permitiria rentabilizar recursos existentes e promover um melhor diálogo entre município e juventude, dando a oportunidade de criar uma oferta cultural adaptada, que colocará os jovens no centro, alinhando-se também com o paradigma participativo descrito por Bonet e Négrier (2018) e que tem vindo a crescer a nível local (Maravalhas & Neves, 2025), que defende a criação de contextos de cocriação e envolvimento direto dos cidadãos nos processos culturais. Tal medida poderia contribuir para iniciar o processo de transição dos jovens de consumidores para cocriadores, necessidade que foi expressa pelos próprios jovens nos inquéritos, mas contribuirá principalmente para um envolvimento dos jovens nos processos “de definição, execução, monitorização e avaliação das políticas locais de juventude” (Declaração de Braga, 2012, p. 8).

Outra fragilidade apontada durante o processo de investigação, foi a comunicação existente entre o município e o público jovem, sobretudo através das redes sociais digitais online, que se confirma com de importância relevante pois os resultados do questionário mostram que 77,7% dos jovens acedem à informação municipal através das redes sociais, essencialmente o Instagram e o Facebook, evidenciando a importância de uma comunicação mais segmentada e ajustada às práticas digitais atuais. Recomenda-se, por isso, uma estratégia de comunicação digital, que se alinhe ao perfil jovem, e numa mediação cultural enquanto processo de aproximação entre públicos e instituições (Dubois, 1999; Mulcahy, 2006), com o objetivo de potenciar uma cidadania cultural mais ativa (Santos 2020).

“O município, instituições e associações com atuação na área da juventude deverão garantir uma informação acessível e compreensível e encorajar os/as jovens a estarem informados. A utilização das TIC, nomeadamente as redes sociais são recursos atualmente incontornáveis enquanto instrumentos para a informação e participação juvenil.” (Declaração de Braga, 2012, p. 10)

A questão da mobilidade territorial foi igualmente identificada como um obstáculo à participação cultural, sobretudo entre os jovens residentes nas freguesias mais afastadas da sede do concelho, pois a inexistência de uma oferta de transportes públicos adaptada aos horários das atividades culturais limita o acesso e acentua as desigualdades territoriais, permitindo democratizar o acesso à cultura e reforçar a coesão entre centro e periferias do concelho. Visto que esta medida poderá ter um custo significativo associado, propõe-se, a título exploratório, a descentralização da própria oferta cultural, constituindo acordos com diversas associações locais das freguesias que constituem o concelho, ressaltando novamente, uma vez que a presente investigação não integrou a auscultação direta das associações, não é possível aferir os contextos e condições para esta colaboração ser efetivamente implementada, esta concretização dependeria de uma avaliação conjunta entre o município e o tecido associativo local, de forma a garantir a viabilidade e sustentabilidade desta medida.

Simultaneamente, importa investir na capacitação dos jovens enquanto agentes culturais ativos, através de programas de educação não formal e de literacia cultural, para que se desenvolvam competências que favorecessem a criação e gestão de projetos próprios, estando esta recomendação alinhada com as políticas de empoderamento, reconhecendo o valor intrínseco e instrumental da cultura (Mulcahy, 2006), sublinhando a importância de formar públicos, criar hábitos culturais que perdurem e desenvolver a educação estética e pensamento reflexivo (Costa, 1997)

Em síntese, as recomendações apresentadas poderiam incidir apenas nas políticas culturais, mas no contexto da juventude, não se deverá pensar apenas num sector específico, mas deverá ser assegurado um conjunto de medidas com o objetivo de “criar condições para uma cidadania plena ao alcance de todos/as os/as jovens, que lhe permita participar em todos os aspetos da vida social e política, a caminho da autonomia.” (Declaração de Braga, 2012, p. 6). Ao propor o Plano Municipal da Juventude como medida central, impulsiona-se o início de um trabalho de “planeamento, implementação e avaliação das políticas autárquicas de juventude” (p. 3), que consequentemente terá um efeito nas políticas culturais dirigidas aos jovens e, de forma mais ampla, nas políticas culturais municipais.

CONCLUSÃO

A realização desta dissertação surgiu da necessidade sentida pelos serviços técnicos do município da Lourinhã, ligados à cultura e juventude, de compreender o lugar que os jovens ocupavam na vida cultural do Município da Lourinhã e de que forma as políticas públicas locais podem reforçar o seu envolvimento na vida cultural municipal. O ponto de partida para essa reflexão assentou no reconhecimento de uma fraca participação juvenil na programação cultural proposta pelo município. Foi mesmo esse o ponto de partida, a partilha pelos técnicos da Divisão de Cultura e Cidadania, de que a participação juvenil na programação cultural local se apresentava reduzida e marcada por momentos pontuais, em vez de contínuos, que impulsionou esta investigação, que procurou recolher, ouvir, interpretar e propor contributos para a aproximação dos jovens da cultura e vice-versa.

A investigação confirmou que o município tem vindo a desenvolver esforços para garantir uma oferta cultural diversificada, acessível e descentralizada, mas a análise das respostas recolhidas junto de uma amostra de jovens do concelho e dos técnicos e executivo municipais evidenciaram algumas fragilidades nesta relação entre os jovens e a ação cultural municipal, sobretudo na dimensão do seu envolvimento, que de certa forma comprometem os resultados das linhas que têm vindo a ser aplicadas por parte do município.

Na perspetiva geral das políticas culturais locais, pode-se dizer que no município existem uma coexistência de dois paradigmas, um primeiro de democratização cultural, onde o objetivo passa por disponibilizar uma programação diversificada através da acessibilidade e descentralização da mesma. Por outro lado, emerge aos poucos a democracia cultural, com algumas iniciativas que impulsionam a participação dos munícipes nas várias rúbricas da programação cultural, não apenas como recetores, mas também como co-criadores.

Novamente sobre os jovens, conclui-se que as fragilidades na relação que estes têm com o município, decorrem essencialmente, da ineficácia de uma comunicação, que não é dirigida; das limitações de mobilidade entre as várias localidades dos concelhos, principalmente em horários noturnos, que coincidem muitas das vezes com os horários em que decorre a oferta cultural; da falta de um espaço de encontro, participação e auscultação dos jovens. A persistência destas barreiras, em parte decorre da inexistência de uma linha estratégica integrada que possa unir a cultura, juventude e outras áreas de importância, naquilo que se intitula de Plano Municipal da Juventude.

As propostas apresentadas, entre elas o referido Plano Municipal da Juventude, não pretendem ser soluções fechadas, mas antes pontos de partida para a construção de uma política cultural, mais participativa, que valorize as necessidades dos jovens como parte integrante do desenvolvimento local, traduzindo-se numa cultura que se constrói em conjunto, alinhada com o paradigma da democracia cultural que defende o envolvimento direto dos cidadãos nos processos de decisão, concretizando uma lógica de *bottom-top* de construção das políticas culturais locais.

No que toca à transição dos jovens para co-criadores nas diferentes áreas artísticas, e não apenas na programação, é importante a continuação da implementação de momentos que criem essas oportunidades, possibilitando uma programação menos “para consumir”, e mais “para participar enquanto criadores”.

A realização deste estudo permitiu reconhecer o potencial que a Lourinhã tem enquanto território; pelos recursos existentes no seu território; pela abertura das entidades responsáveis, nomeadamente o executivo municipal, no que toca à inovação cultural, que se reflete em algumas iniciativas como o Festival de Curtas de Surf, ou o Festival Sons na Areia, que sublinham a identidade local, iniciativas dedicadas a jovens como a Escola da Lama, que promovem a participação dos jovens enquanto criadores da arte.

Em suma, este trabalho procurou contribuir para uma reflexão prática sobre o papel das autarquias na promoção da cultura junto dos jovens, mas não apenas através da proposta da sua programação, mas sim como um instrumento de desenvolvimento humano, assumindo que os jovens deverão ser protagonista ativos na construção da cultura e do futuro cultural do território.

FONTES

Documentos Legais

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. (2018, 4 de setembro). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018: Aprova o Plano Nacional para a Juventude*. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 170. Consultado em 22 de setembro de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/114-a-2018-116330692>

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. (2022, 8 de setembro). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022: Aprova o Plano Nacional para a Juventude 2022–2024*. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 174. Consultado em 22 de setembro de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/77-2022-200907658>

Fontes Estatísticas

Eurostat. (2025). *General government expenditure by function (COFOG)* [Base de dados]. *Eurostat Database*. https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/GOV_10A_EXP_custom_18130949/default/table

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *População residente por sexo e grupo etário* [Base de dados]. *Pordata*. Consultado em 23 de setembro de 2025, de <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/populacao-residente/populacao-residente-por-sexo-e-grupo-etario>

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2012). *População presente (N.º) por local de residência e sexo; decenal* [Base de dados]. *INE – Censos*. Consultado em 22 de setembro de 2025, de https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0005888&selTab=tab10

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS – 2013), sexo e grupo etário (por ciclos de vida) [Indicador 0011609]* [Base de dados]. *INE – Tabulador*. Consultado em 22 de setembro de 2025, de <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *População residente (portuguesa nascida no estrangeiro – N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS – 2013), sexo,*

- grupo etário e naturalidade (país)* [Base de dados]. INE. Consultado em 25 de setembro de 2025, de <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011629>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS – 2013) e sexo* [Base de dados]. INE. Consultado em 25 de setembro de 2025, de <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011649>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). *Rendimento a nível local – Lourinhã* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de <https://www.ine.pt/documentos/municipios/rnlocal/ano2021/1108.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. (2023, 12 de julho). A implementação das NUTS 2024 [Apresentação PowerPoint]. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://share.google/6XUzJmjsYYaq7j0pz>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Alcobaça* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1001_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Alenquer* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1101_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Arruda dos Vinhos* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1102_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Bombarral* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1005_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Cadaval* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1104_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Caldas da Rainha* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1006_2024.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Lourinhã* [Ficha municipal]. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1108_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Nazaré* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1011_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Óbidos* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1012_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Peniche* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1014_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Sobral de Monte Agraço* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1112_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Caracterização sócio-económica – Torres Vedras* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://www.ine.pt/documentos/municipios/1113_2024.pdf

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Rendimento a nível local – Lourinhã* [Ficha municipal]. *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado em 25 de setembro de 2025, de <https://www.ine.pt/documentos/municipios/rnlocal/ano2023/1108.pdf>

Fontes administrativas

Nacionais

Conselho Nacional de Juventude. (s.d.). *Missão do Conselho Nacional de Juventude*. Conselho Nacional de Juventude. <https://www.cnj.pt/miss%C3%A3o>

Federação Nacional das Associações Juvenis. (2012, novembro). *Declaração de Braga sobre políticas autárquicas de juventude*. FNAJ. Consultado em 22 de setembro de 2025, de https://www.fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/Publicações/Declaração%20de%20Braga.pdf

Federação Nacional das Associações Juvenis. (2021). *Agenda para a inovação das políticas de juventude 2020/2030*. FNAJ. Consultado em 22 de setembro de 2025, de https://fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/documento-agenda-inovacao-final-compactado_compressed.pdf

Federação Nacional das Associações Juvenis. (2023). *Toolkit “Juventudes e o poder local”*: Guia passo a passo para a implementação de planos municipais de juventude. FNAJ.

Consultado em 22 de setembro de 2025, de https://www.fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/Tollkit%20Juventudes.pdf

Federação Nacional das Associações Juvenis. (2025, setembro). *Carta Jovem Autárquica 2025*. FNAJ. Consultado em 22 de setembro de 2025, de [https://mail.fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/CARTA%20JOVEM%20AUTÁRQUICA%20FNAJ\(1\).pdf](https://mail.fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/CARTA%20JOVEM%20AUTÁRQUICA%20FNAJ(1).pdf)

Federação Nacional das Associações Juvenis. (s.d.). *Centro de Documentação e Informação Juvenil (CDIJ)*. FNAJ. Consultado em 19 de setembro de 2025, de <https://www.fnaj.pt/index.php/cdij>

Federação Nacional das Associações Juvenis. (s.d.). Página inicial. FNAJ. Consultado em 19 de setembro de 2025, de <https://www.fnaj.pt/index.php/home>

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2025, setembro 22). Começou a auscultação da Agenda Nacional da Juventude. IPDJ. Consultado em 22 de setembro de 2025, de <https://ipdj.gov.pt/-/começou-a-auscultacao-da-agenda-nacional-da-juventude>

Instituto Português do Desporto e Juventude. (s.d.). Missão e atribuições. IPDJ. Consultado em 19 de setembro de 2025, de <https://ipdj.gov.pt/miss%C3%A3o-e-atribui%C3%A7%C3%B5es>

República Portuguesa. (s.d.). Governos anteriores. *Governo de Portugal*. Consultado em 22 de setembro de 2025, de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/governo/governos-anteriores>

Municipais

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Divisão de Cultura e Cidadania* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/1814/divisao-de-cultura-e-cidadania>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Grandes Opções do Plano (GOP) 2025* [Plano estratégico]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/252/gestao-financeira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *História do município da Lourinhã* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://portaldomunicipio.cm-lourinha.pt/2461/historia>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Localização e caracterização* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/229/localizacao-e-caracterizacao>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Orçamento 2025* [Plano estratégico]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/2025/OrçamentoML_2025.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Plano Plurianual de Investimentos 2025* [Plano de investimento]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/252/gestao-financeira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Relatório de gestão 2020* [Relatório]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/RelatórioGestãoFinal.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Relatório de gestão 2021* [Relatório]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/RelatóriodeGestão2021_Final.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Relatório de gestão 2022* [Relatório]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/Relatório%20de%20Gestão%202022_Final.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Relatório de gestão 2023* [Relatório]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/2024/Relatório%20Gestao%202023.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Relatório de gestão 2024* [Relatório]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 25 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/AreaFinanceira/Gestao%20Financeira/2025/0.%20Relatorio%20Gestao_VFfinal.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã & Conselho Municipal da Juventude da Lourinhã. (2025). *Análise: Questionário de auscultação Juventude | Concelho da Lourinhã* [Relatório não publicado]. Câmara Municipal da Lourinhã.

Media

Jornal Alvorada. (2024, 22 de abril). Livros a Oeste regressa à Lourinhã entre 14 e 18 de maio com programação diversificada [Notícia]. *Jornal Alvorada*. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://www.alvorada.pt/index.php/lourinha/11344-livros-a-oeste-regressa-a-lourinha-entre-14-e-18-de-maio-com-programacao-diversificada>

Noeste Portugal. (2025, 30 de abril). Já saiu o programa do Livros a Oeste | Festival do Leitor – edição de 2025 [Notícia]. *NoestePortugal*. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://noesteportugal.pt/3259/ja-saiu-o-programa-do-livros-a-oeste-festival-do-leitor---edicao-de-2025>

Outras Fontes

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *13 de maio (terça-feira)* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4803/13-de-maio-terca-feira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *14 de maio (quarta-feira)* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4804/14-de-maio-quarta-feira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *15 de maio (quinta-feira)* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4805/15-de-maio-quinta-feira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *16 de maio (sexta-feira)* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4806/16-de-maio-sexta-feira>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *17 de maio (sábado)* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4807/17-de-maio-sabado>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *2.º Festival de Curtas de Surf* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4929/2-festival-de-curtas-de-surf>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Academia de Verão 2025* [Página Web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4839/academia-de-verao-2025>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Agentes culturais* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/2067/agentes-culturais>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). Conselho Municipal da Juventude [Página Web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, <https://cm-lourinha.pt/menu/394/conselho-municipal-da-juventude>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Edições anteriores* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/3638/edicoes-anteriores>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Eventos* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4808/eventos>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Festival literário – Livros a Oeste* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://portaldomunicepe.cm-lourinha.pt/menu/810/festival-literario-livros-a-oeste>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Hip Hop Day* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/3175/hip-hop-day>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Hip Hop Day* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4763/hip-hop-day>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Livros a Oeste* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/2149/livros-a-oeste>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Património edificado* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 26 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/389/patrimonio-edificado>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Programa do Festival “Livros a Oeste” – Edição de 2025* [Panfleto digital]. Câmara Municipal da Lourinhã. https://cm-lourinha.pt/upload_files/client_id_1/website_id_7/Servicos/Biblioteca/LAO%2024/PROGRAMA_LaO_24_WEB-01.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). *Sons na Areia* [Página web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4850/sons-na-areia>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). Verão Ativo 2025 [Página Web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4834/verao-ativo-2025>

Câmara Municipal da Lourinhã. (s.d.). Voluntariado Jovem de Verão 2025 [Página Web]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/menu/4837/voluntariado-jovem-de-verao-2025>

Câmara Municipal da Lourinhã. (2025). *Agenda cultural 1.º trimestre 2025* [Programa]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Agenda/2025/Cultura/AGENDACML%202025_1T-lourinha.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (2025). *Agenda cultural 2.º trimestre 2025* [Programa]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Agenda/2025/Cultura/AGENDA%202025_2T.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (2025). *Agenda cultural 3.º trimestre 2025* [Programa]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de [https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Publicações%20Municipais/AGENDA%202025_3T%20\(1\).pdf](https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Publicações%20Municipais/AGENDA%202025_3T%20(1).pdf)

Câmara Municipal da Lourinhã. (2025). *Agenda cultural 4.º trimestre 2025* [Programa]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Agenda/2025/Cultura/AGENDA%202025_4Trimestre.pdf

Câmara Municipal da Lourinhã. (janeiro, 2025). Município da Lourinhã promove Escola da Lama - Teatropia [Notícia]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/19516/municipio-da-lourinha-promove-escola-da-lama--teatropia>

Câmara Municipal da Lourinhã. (janeiro, 2025). Tomada de posse da Assembleia Municipal Jovem [Notícia]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 1 de outubro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/47679/tomada-de-posse-da-assembleia-municipal-jovem>

Câmara Municipal da Lourinhã. (2024, 6 de maio). *Livros a Oeste – Festival do Leitor junta diferentes linguagens artísticas para celebrar a palavra em liberdade* [Notícia]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/21186/livros-a-oeste---festival-do-leitor-junta-diferentes-linguagens-artisticas-para-celebrar-a-palavra-em-liberdade>

Câmara Municipal da Lourinhã. (2025, 30 de abril). *Já saiu o programa do Livros a Oeste – Festival do Leitor – edição de 2025* [Notícia]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado

em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/78991/ja-saiu-o-programa-do-livros-a-oeste--festival-do-leitor---edicao-de-2025>

Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro. (s.d.). *Centro de Interpretação* [Página web]. *Batalha do Vimeiro*. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://www.batalhadovimeiro.pt/menu/77/centro-de-interpretacaomuseológico>

Dino Parque Lourinhã. (s.d.). *Sobre* [Página web]. *Dino Parque Lourinhã*. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://www.dinoparque.pt/sobre/>

Museu da Lourinhã. (s.d.). *O Museu* [Página web]. *Museu da Lourinhã*. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://museulourinha.org/museu/o-museu/>

Olhar o Mar – Espaço Museológico de Ribamar. (s.d.). *História* [Página web]. *Olhar o Mar*. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://www.olharomar.pt/menu/121/historia>

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã. (s.d.). *Espaço museológico* [Página web]. *Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã*. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://scmlourinha.pt/espaco-museologico/>

BIBLIOGRAFIA

- Bonet, L., & Négrier, E. (2018). The participative turn in cultural policy: Paradigms, models, contexts. *Poetics*, 66, 64–73. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2018.02.006>
- Borges, V. (2022). Ecletismo ou distinção? Cinema, espetáculos ao vivo, festivais e festas locais. In J. M. Pais, P. Magalhães, & M. Lobo Antunes (Coords.), *Práticas culturais dos portugueses: Inquérito 2020* (pp. 235–283). Imprensa de Ciências Sociais.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241–258). Greenwood.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press. ISBN 9780199588053
- Câmara Municipal da Lourinhã. (2025, 20 de janeiro). *Câmara da Lourinhã promove residências artísticas entre janeiro e fevereiro* [online]. Câmara Municipal da Lourinhã. Consultado em 27 de setembro de 2025, de <https://cm-lourinha.pt/47371/camara-da-lourinha-promove-residencias-artisticas-entre-janeiro-e-fevereiro>
- Cleto & Pina, F. (2025, 24 de fevereiro). Louri BD explora “As profundezas” sob as diversas facetas [online]. *Jornal de Notícias*. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://www.jn.pt/cultura/artigo/louri-bd-explora-as-profundezas-sob-as-diversas-facetas/17852080>
- Costa, A. F. da. (1997). Políticas culturais: Conceitos e perspetivas. *Observatório das Actividades Culturais*, 2, 10–14.
- Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (3^o. ed.). SAGE Publications.
- Cuche, D. (2006). *A noção de cultura nas ciências sociais* (2.^a ed., M. L. N. Meneses, Trad.). Fim de Século.
- Dubois, V. (1999). *La politique culturelle: Genèse d’une catégorie d’intervention publique* (2.^a ed.). Belin.
- Farinha, C. (2024). Short cultural policy profile: Portugal. *Compendium of Cultural Policies and Trends*. <https://doi.org/10.69813/HKHF7142>
- Ferreira, A. (2025, 20 de janeiro). Locais e artistas unem-se para documentar o dia a dia na Lourinhã [online]. *New in Oeste*. Consultado em 29 de setembro de 2025, de <https://newinoeste.nit.pt/cultura/locais-e-artistas-unem-se-para-documentar-o-dia-a-dia-na-lourinha>

- Gama, M. & Costa, P. R. (Eds.). (2021). *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura*. CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. <https://doi.org/10.21814/1822.73581>
- Lopes, J. T. (2009). *Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural*. *Saber & Educar*, 14. <https://doi.org/10.17346/se.vol14.121>
- Magalhães, P., Silva, J. R. da (2022). Aspectos metodológicos e sociografia dos inquiridos. In Pais, J. M., Magalhães, P., Antunes, M. L. (Eds.), *Práticas culturais dos portugueses: inquérito 2020*, pp. 47-54. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Maravalhas, F., & Neves, J. S. (2025). *Between cultural democratisation and cultural democracy: The design of a cultural policy in Portugal*. *Cultural Trends*. <https://doi.org/10.1080/09548963.2025.2564990>
- Martinho, T. D. & Lapa, T. (2022). Internet, práticas culturais online e distinção. In J. M. Pais, P. Magalhães, & M. Lobo Antunes (Coords.), *Práticas culturais dos portugueses: Inquérito 2020* (pp. 99–141). Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, G. (2022). *Prefácio*. In J. M. Pais, P. Magalhães, & M. Lobo Antunes (Coords.), *Práticas culturais dos portugueses: Inquérito 2020*, pp. 19–21. Imprensa de Ciências Sociais.
- Mulcahy, K. V. (2006). Cultural policy: Definitions and theoretical approaches. *Journal of Arts Management, Law, and Society*, 35(4), 319–330. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/JAML.35.4.319-330>
- Neves, J. S., & Camacho, C. F. (Orgs.). (2020). *Nos 50 anos de L'amour de l'art: Dívidas, críticas e desafios*. Mundos Sociais.
- Neves, J. S. (2025). *Cultura – Redes Culturais Nacionais: uma cobertura alargada do território; Políticas públicas culturais: grandes avanços e assimetrias persistentes*. In P. Adão e Silva (Coord.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2025*, pp. 110–115. Lisboa: IPPS-Iscte. Disponível em: https://ipps.iscte-iul.pt/files/2_EN_2_2025_IPPS_WEB.pdf
- Pais, J. M. (2022). Práticas culturais e clivagens sociais. In J. M. Pais, P. Magalhães, & M. Lobo Antunes (Coords.), *Práticas culturais dos portugueses: Inquérito 2020* (pp. 311–349). Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, J. M., Magalhães, P., & Lobo Antunes, M. (Coords.). (2022). *Práticas culturais dos portugueses: Inquérito 2020*. Imprensa de Ciências Sociais.

- Santos, D. (2020). Desafios das políticas culturais locais em Portugal: Renovar perspectivas, melhorar estratégias. *Egitania Scientia*, 27, 79–98. <https://egitaniasciencia.ipg.pt/index.php/revista-egitaniasciencia/article/view/120>
- Santos, M. de L. L. (2007, May). *Políticas culturais em Portugal*. Comunicação apresentada no V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural, Almada, Portugal. Organização dos Estados Iberoamericanos/Fundação Interarts.
- Throsby, D. (1999). Cultural capital. *Journal of Cultural Economics*, 23(1–2), 3–12. <https://doi.org/10.1023/A:1007543313370>

ANEXOS

Anexo A – Exemplar do Questionário de Auscultação - Juventude



QUESTIONÁRIO DE AUSCULTAÇÃO

O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) da Lourinhã é o órgão consultivo, do município, sobre matérias relacionadas com as políticas locais de juventude.

Com vista à construção do Plano Municipal da Juventude, o CMJ pede a tua colaboração no preenchimento do presente questionário a fim de identificar as principais necessidades sentidas pelas pessoas jovens no concelho, assim como identificar os gostos e interesses na área cultural, desportiva, social, bem como a participação cívica.

CARACTERIZAÇÃO

1. Idade: ____

2. Qual o ano de escolaridade que frequentas?

- 9.º
10.º
11.º
12.º

3. Género

- Feminino
Masculino
Outro

4. Qual a freguesia em que resides?

- União de Freguesias Lourinhã e Atalaia
União de Freguesias Miragaia e Marteleira
Freguesia de Moita dos Ferreiros
Freguesia de Reguengo Grande
Freguesia de Ribamar
Freguesia de Santa Bárbara
União de Freguesias de S. Bartolomeu dos Galegos e Moledo
Freguesia do Vimeiro
Resido fora do concelho da Lourinhã

4.1 Se resides fora do concelho, indica qual?



MEIOS DE COMUNICAÇÃO

5. Através de que meios de comunicação tens acesso à divulgação de programas, iniciativas ou infraestruturas direcionadas às pessoas jovens?

- | | |
|---|--------------------------|
| Portal/Website do município da Lourinhã | <input type="checkbox"/> |
| Redes Sociais (Facebook/Instagram) | <input type="checkbox"/> |
| Podcast | <input type="checkbox"/> |
| Cartazes | <input type="checkbox"/> |
| M.U.P.I (Mobiliário Urbano Para a Informação) | <input type="checkbox"/> |
| Agenda cultural | <input type="checkbox"/> |
| RCL – Rádio Clube da Lourinhã | <input type="checkbox"/> |
| Jornal Alvorada | <input type="checkbox"/> |
| Nenhum dos anteriores | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> |

5.1. Outros, quais?

IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS

6. Quais os principais problemas que afetam os jovens/estudantes residentes no município? (assinala no máximo 4 opções)

- | | |
|---|--------------------------|
| Abandono Escolar | <input type="checkbox"/> |
| Ausência de estilos de vida saudáveis (ex. prática física e desportiva) | <input type="checkbox"/> |
| Consumos/comportamentos aditivos | <input type="checkbox"/> |
| Dificuldades de acesso a cuidados de saúde juvenis | <input type="checkbox"/> |
| Dificuldades de acesso a formas de participação cívica (ex. associativismo, voluntariado) | <input type="checkbox"/> |
| Discriminação | <input type="checkbox"/> |
| Insegurança e violência | <input type="checkbox"/> |
| Insucesso escolar | <input type="checkbox"/> |
| Rede de transportes públicos/escolares insuficientes | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> |

6.1 Outros, quais?



ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

7. Na área da juventude, e a nível local, quais as áreas de intervenção que consideras prioritárias? (assinala no máximo 3 opções)

- Ambiente e desenvolvimento sustentável
- Arte, criatividade e cultura
- Educação e Formação
- Emprego e empreendedorismo
- Mobilidade
- Cidadania e participação cívica
- Saúde e bem-estar
- Desporto e atividade física

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

8. Na tua opinião, qual a área onde há mais participação dos jovens no concelho? (assinala 2 opções)

- Associativismo
- Desporto
- Educação
- Cultura
- Ambiente
- Política
- Religião
- Outra
- Nenhuma das anteriores

8.1 Outra, qual?

PROJETOS E PROGRAMAS

9. Quais dos seguintes projetos/programas tens conhecimento? (seleciona todas as que se aplicam)

- Bolsas de estudo para o ensino superior
- Busca Polos - Gabinete de apoio ao jovem e à família
- Conselho Municipal da Juventude
- Orçamento Participativo
- Verão ativo
- Centro de Voluntariado da Lourinhã – Voluntariado jovem
- Nenhum dos anteriores



10. Indica que tipo de projetos gostarias que a Câmara Municipal desenvolvesse: (Seleciona todas as que se apliquem)

- Ações de formação (workshops, seminários, conferências)
- Criação de um espaço de informação/convívio para os jovens
- Dinamização do associativismo
- Organização de eventos

11. Que outras iniciativas gostarias de ver desenvolvidas?

EDUCAÇÃO

12. A oferta educativa no concelho, responde aos teus desejos/ambições? (ex. cursos profissionais, disciplinas opcionais)

- Sim
- Não
- Não sei responder

12.1 Se respondeste “Não”, sugere quais?

SAÚDE

13. Já utilizaste a rede de apoio de psicólogos da tua escola?

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

14. Que outras ofertas de apoio psicológico conheces no concelho da Lourinhã?

- Busca Polos – Gabinete de apoio ao jovem e à família
- Centro de Saúde
- Outro
- Não tenho conhecimento

15. Tens conhecimento da existência de serviços de apoio à saúde sexual e reprodutiva?

- Sim
- Não



DESPORTO

16. Praticas algum desporto extraescolar?

Sim

Não

16.1 Se respondeste “Sim”, por favor, indica quais e onde.

17. Que desporto gostarias de ver implementado no concelho?

18. Consideras que existem apoios/condições suficientes para a prática desportiva no concelho?

Sim

Não

Não sei responder

18.1 Se respondeste “Não”, indica o porquê.

ASSOCIATIVISMO/ ESPAÇOS JUVENIS

19. Fazes parte de alguma associação?

Sim

Não

19.1 Se respondeste “Sim” indica qual/quais.

20 . Quais os espaços/infraestruturas juvenis conheces, no concelho.

CULTURA

21. Indica que tipo de eventos culturais participas.



22. Indica os locais do concelho onde habitualmente assistes a espetáculos/ eventos:

- | | |
|--|--------------------------|
| Anfiteatro da Praça José Máximo da Costa | <input type="checkbox"/> |
| Auditório da AMAL - Associação Musical e Artística Lourinhanense | <input type="checkbox"/> |
| Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira | <input type="checkbox"/> |
| Palco Foz – Praia da Areia Branca | <input type="checkbox"/> |
| Associações do concelho | <input type="checkbox"/> |
| Nenhuma das anteriores | <input type="checkbox"/> |
| Não assisto a espetáculos | <input type="checkbox"/> |

22.1 Caso tenhas referido “Associações do concelho” ou “Nenhuma das anteriores” refere qual/quais:

23. Se não tens por hábito assistir a espetáculos no concelho, indica a(s) razão(ões) que fundamentam essa opção:

- | | |
|--|--------------------------|
| O preço dos bilhetes | <input type="checkbox"/> |
| Os espetáculos não me interessam | <input type="checkbox"/> |
| Não tenho informação | <input type="checkbox"/> |
| Não tenho tempo | <input type="checkbox"/> |
| Não tenho forma de me deslocar até aos locais onde se realizam | <input type="checkbox"/> |
| Outra | <input type="checkbox"/> |

ODS - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

24. Conheces os objetivos – ODS – que definem prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030?

- Sim
Não

24.1 Se respondeste “Sim” identifica 3 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que consideras prioritários:

Agradecemos a tua participação!

Anexo B – Modelo Consentimento Informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**.

O estudo tem por objetivo compreender a relevância da inclusão dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã e explorar as estratégias e desafios associados à promoção da sua participação ativa na vida cultural do município. Este estudo busca identificar boas práticas e potenciais melhorias no desenvolvimento de iniciativas culturais com a colaboração de jovens, contribuindo para o fortalecimento da ligação entre a juventude e a comunidade. A sua participação no estudo consistem uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 30 a 45 minutos, na qual será solicitado que partilhe as suas reflexões, opiniões e experiências relacionadas com os temas de participação juvenil, colaboração e programação cultural no contexto do município.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu de acordo com o artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Caso sejam recolhidos dados de natureza sensível, o tratamento será igualmente realizado com base no artigo 9.º, n.º 2, alínea a) do RGPD, com o seu consentimento explícito.

O estudo é realizado por Eliana Kovaleva Nyagu (eknua1@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados até ao final do ano civil 2025, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa ☎ Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa ☎ 351 217 903 000
www.iscte-iul.pt www.facebook.com/ISCTEIUL twitter.com/iscte-iul www.linkedin.com/company/iscte-iul www.flickr.com/photos/iscte-iul www.youtube.com/user/iultv



O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

_____ (local), ____/____/____ (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo C – Guião da Entrevista Semiestruturada

Guião entrevista

1 - Do seu ponto de vista, considera relevante e uma mais-valia a inclusão dos jovens na programação cultural do Município da Lourinhã?

2 - Acha que a criação de um espaço de colaboração para jovens — onde possam participar nas decisões em áreas como emprego, educação, cidadania, cultura, etc — poderia fortalecer a ligação entre os jovens e a Câmara Municipal?

3 - Quais considera serem os principais desafios ou limites na transição dos jovens de consumidores passivos para agentes ativos na programação cultural?

4 - Que instrumentos ou métodos considera mais adequados para implementar esta estratégia de forma eficaz e eficiente?

5 - Em termos de visão estratégica, qual é o horizonte temporal ideal para implementar e consolidar uma iniciativa de participação jovem na cultura?

6 - Quais dados a Câmara Municipal da Lourinhã tem disponíveis para apoiar o desenvolvimento de uma estratégia de participação jovem na cultura?

7 - Existe algum plano ou iniciativa que possa apoiar a criação de um espaço de colaboração jovem no município? Quais seriam, a seu ver, os principais desafios e oportunidades de implementar essa estratégia?

Anexo D – Organograma (2024) da CML

